

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO VI

N.º 24

OUTUBRO - 1943

A VOZ DE LONDRES

fala

E O MUNDO ACREDITA

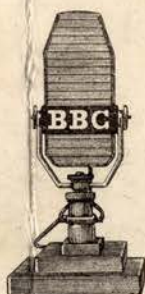
OUÇAM AS EMISSÕES DIÁRIAS EM LÍNGUA PORTUGUESA
DA

B B C

(BRITISH BROADCASTING CORPORATION)

às 8,45—13,15—22,15 horas

Ao microfone ...



... os distintos locutores

AUGUSTO DA SILVA

F. R. CARVALHO

FERNANDO PESSA



É esta a ordem das emissões dos programas da VOZ de LONDRES

Comentário de Costa Abrantes ...	às 3. ^{as} -feiras	às 22,30
Comentário Militar	às 4. ^{as} -feiras	às 22,30
O Homem da Bengala	às 6. ^{as} -feiras	às 13,30
Comentário Naval	às 6. ^{as} -feiras	às 22,30
Revista Feminina	aos Sábados	às 13,30
Comentários da Semana		
por Wickham Steed	aos Sábados	às 22,30
	e	
	aos Domingos	às 13,30



Gomes de Brito

No dia 12 dêste mês de Outubro passa o centenário do nascimento do erudito escritor José Joaquim Gomes de Brito, o iniciador, entre nós, dos estudos toponímicos lisbonenses.

Oferta

5. JUN. 2016

OUTUBRO DE 1943

N.º 24

O L I S I P O

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA» - R. DO SALITRE, 153 - TELEF. 5 3173 - LISBOA

SUMARIO

- O QUARTEL DE CAMPO DE OURIQUE
pelo *Tenente de Engenharia R. Machado de Sousa*
- ALFACINHAS
por *D. Fernanda Reis*
- VISÃO DUMA LISBOA MAIS BELA
pelo *Dr. Amadeu Ferreira de Almeida*
- TRANSFORMAÇÃO DUM ELEVADOR EM FERRADURAS
por *J. S. Vieira*
- O CONVENTO DE N. S. DOS REMÉDIOS — CONVENTO
DOS MARIANOS
pelo *Dr. Leopoldo de Figueiredo*
- LISBOA NOS EX-LIBRIS
pelo *Dr. Eduardo Neves*
- COMO SE ESCREVIAM CRÍTICAS HÁ 82 ANOS
por *Henrique Marques Júnior*
- BIBLIOTECA



Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS

Oleiro

OLISIP

BOLETIM DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA

DIRETOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

REDAÇÃO: FRANCISCO VALENÇA

EDITORA: ORGANIZAÇÃO DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA

AV. DE BERNARDES PEREIRA, 253 - LISBOA

PREÇO: 100 ESCUDOS ANUAIS (1970)

SUMÁRIO

- O QUARTIL DE CÂMPO DE OURIQUE
por António de Fátima e António de Sousa
- APPAIXINHAS
por M. Fátima de Sousa
- VISÃO DE MA LISBOA EM BÉLIA
por M. Fátima de Sousa
- TRANSDOMÍNIO DO EIVADOR EM FERRADOURAS
por A. S. Fátima
- O CONVENTO DE S. S. DOS REMÉDIOS - CONTEÚTO
DOS MANAÇOS
por M. Fátima de Sousa
- LISBOA POR EX-LIBRIS
por M. Fátima de Sousa
- COMO SE ESCREVIA CRÍTICA HA 80 ANOS
por António de Sousa
- BIBLIOTECA

Este boletim é enviado gratuitamente a todos os sócios. Todas as artigos são de responsabilidade dos seus autores.



O Quartel de Campo de Ourique

Breves notas para a sua história

(Palestra proferida em 14-3-1943 no Quartel de Campo de Ourique, perante os «Amigos de Lisboa»)

Pelo Tenente de Engenharia R. MACHADO DE SOUSA

Senhoras e Senhores:

Antes de vos ler as breves notas que para vós coligi, àcêrca do Quartel de Campo de Ourique, em que nos encontramos, quero saudar-vos em nome de Sua Excelência o Senhor Comandante desta Unidade, em nome dos Officiais, Sargentos e Praças dêste Batalhão dando-vos as boas vindas a êste Quartel.

Não seria eu, certamente, o mais indicado para vos vir falar destas pedras, mas ordens não se discutem e eu encontro-me aqui no cumprimento de uma que, não deixando de ser para mim honrosíssima, no entanto me embaraça sobremaneira.

Como militar é-me mais fácil agir que falar. Nós falamos mais pelo exemplo que pelas palavras e por isso, V. Excelências vão perdoar-me as despretenciosas palavras que vou ter a honra de dirigir-vos e se eu conseguir despertar-vos a atenção durante alguns momentos sentir-me-ei sobeja e orgulhosamente compensado do meu trabalho.

Vou procurar falar-vos de quem ordenou a construção dêste Quartel, das Unidades que o têm ocupado e dar-vos uma ideia rápida e geral da actual disposição do mesmo Quartel.

Pode dizer-se que logo após o tratado de Utrecht (1713), o Exército Português entrara em franca decadência, que dia a dia se ia precipitando: o relaxamento da Disciplina, a ignorância dos Regulamentos, as sucessivas reduções dos Quadros, os Soldos miseráveis e mal pagos, a falta de Instrução Militar, etc., tudo contribuía para aquela decadência.

A incompetência e a falta de pundonor dos Officiais era alarmante. Fâmulos das casas nobres, muitos dêles não se pejavam de servir à mesa de hábito de Cristo ao pescoço, na sua humilhação de lacaios.

A 16 de Maio de 1762, as fôrças espanholas começam a concentrar-se nas fronteiras nacionais. Simultaneamente, os representantes da França e da Espanha apresentam-se ao Governo português, em acção comum, solicitando a adesão de D. José à luta com a Inglaterra, na Guerra dos 7 anos, invocando o Pacto de Família, visto o Rei português ser cunhado de Carlos III de Espanha.

Os dois plenipotenciários pedem que Portugal erre os seus portos aos navios ingleses, quer de guerra, quer de comércio, pois que, tanto na Guerra como

na Paz, a Península deveria considerar-se como se fôsse de um só dono. A resposta deveria ser dada no espaço de quatro dias e de um modo claro e categórico.

Dentro do prazo estipulado no ultimatum, respondia o Governo Português, em nota assinada por Luiz da Cunha Manuel, que, «tendo Portugal com a Nação ingleza ligações nunca interrompidas e puramente defensivas, consagradas secularmente em numerosos e solenissimos tratados, e não havendo recebido dela qualquer offensa que justificasse a transgressão dêsses ajustes, Portugal offenderia a Religião, a Fidelidade e o Decôro se porventura accedesse ao que lhe era proposto».

A 1 de Abril os plenipotenciários O'Dunne — francês — e José Torrero — espanhol — entregavam segunda nota ao Governo de D. José. Nela procuravam provar que Portugal recebera grave afronta da Inglaterra, quando uma esquadra britânica, ousara, num pôrto português, atacar unidades navais da França, sem nunca se haver prestado a fazer a devida restituição. Mais se comunicava na referida nota que as tropas espanholas entrariam em Portugal com o fim de obstar a que os portos do País estivessem à disposição do inimigo.

A 5 dêsse mesmo mês de Abril, o Gabinete de D. José responde asseverando «ser menos custoso a Sua Magestade Fidelissima deixar cair a última telha do Palácio da sua habitação e aos seus leais vassallos derramarem a última gota do seu sangue, do que sacrificar Portugal com o decôro da sua Coroa, a tudo o que há de mais precioso».

A 23 os franco-espanhóis replicam insolentemente afirmando que os soldados castelhanos viriam quebrar com as suas baionetas, nos pulsos do povo português, os pesados grilhões da dominação britânica.

A 25 cerra-se o debate com uma derradeira nota em que o Rei de Portugal afirma que «usará do direito, que não é só d'êle, mas de todo o particular, de defender a própria casa contra quem nêle quere entrar sem seu consentimento».

A 27 retiram os diplomatas e pouco depois, a 30, rompem-se as hostilidades entrando em Portugal, por Trás-os-Montes, os Exércitos invasores franco-espanhóis sob o comando do Marquês de Sarraia.

D. José I, em face da aggressão, declara a guerra a Espanha a 18 de Maio e dispõe-se a defender-se com as parcas e mal organizadas fôrças portuguezas.

Entretanto o Governo português contratara um general alemão de renome para vir tomar a direcção das operações na guerra contra Espanha. Nos primeiros dias de Maio os invasores marcham sobre Miranda, cuja resistência é quebrada a 8 pela desastrosa explosão do paiol, que arruinou as fortificações, colocando os seus defensores na necessidade de se entregarem. Seguidamente apoderam-se de Bragança, Chaves e Tôrre de Moncorvo. Ao tentarem porém atravessar o Douro são detidos perante um punhado de camponeses comandados por um official inglês. Após várias hesitações, o exército invasor retira para Espanha preparando-se para novas e mais profundas operações.



No dia 3 de Julho de 1762 desembarcava, aparatosamente, em Lisboa, o Conde Reinante Guilherme de Schaumbourglippe, — como êle próprio se intitulava

e escrevia — afim de, como marechal-general do Exército português, reorganizar o Exército Nacional.

Fôra chamado ao Reino, pelo Ministro de D. José I, ante a ameaça da guerra com Espanha e em virtude da profunda desorganização em que se encontravam as fôrças armadas portuguesas.

Por decreto daquele mesmo dia, era Lippe elevado ao mais alto cargo do Exército Nacional que urgia colocar em condições de defender a Independência e a Honra da Pátria.

O Conde de Lippe, general de 38 anos, instala-se em Pedrouços, no Palácio do Conde de São Tiago onde começa imediata e conscienciosamente a trabalhar no restauro das nossas fôrças.

Ao nosso coração de portugueses não deve oprimir-nos a ideia de vermos chamar um estrangeiro para tão alto como melindroso cargo porque «rara será a Nação da Europa que nos fins do século 18 e princípios do seguinte não tivesse a seu soldo soldados e officiaes estrangeiros».

Portugal não fez excepção a esta regra podendo dizer-se mesmo que a nossa história militar, depois da Guerra da Restauração até ao fim das Campanhas Napoleónicas se resume em dois nomes: Lippe e Beresford. De 1762 a 1820 estes dois nomes apparecem-nos constantemente, e pondo de parte falsos patriotismos e atitudes quixotescas podemos e devemos confessar, franca e lealmente, que a providência nos suscitou aqueles dois homens para a unificação e valorização do nosso Exército e a sua consequente actuação na defesa da Pátria.

O Conde de Lippe chega a Portugal e encontra a nossa máquina militar no maior dos descabros: as nossas praças fronteiriças — Miranda, Bragança, Chaves, Castelo Rodrigo, Alfaiates — não tinham quaisquer elementos de resistência; Almeida, a que só escasseou a coragem do chefe, rendeu-se após a explosão do seu paiol; Salvaterra rendeu-se sem um tiro, o que levou o marechal-general a determinar que a sua guarnição recolhesse a Lisboa sem querer ver qualquer dos seus officiaes cujo procedimento o indignou; Ouguela, foi a única praça que salvou a honra portuguesa.

Os comandos do Exército veio Lippe encontrá-los entregues a homens a quem sobrava a fidalguia mas a quem faltava a competência. Lippe substitui comandos e lançando mão de tôdas as fôrças anglo-lusas de que pôde dispor inicia a sua famosa Guerra de Posições com a qual consegue bater os espanhóis e alcançar uma paz honrosa para Portugal.

Mas não pára aqui a acção do insigne General. Ela abrange todos os ramos da instrução militar e da instalação das tropas. Promulga regulamentos e instruções; cria escolas; constroie quartéis e fortifica as nossas praças. Este Quartel de Campo de Ourique em que nos encontramos, é obra sua, sendo dos poucos quartéis existentes em Portugal que foram construídos propositadamente para aquartelamento da fôrça armada.

Desde então até esta parte tem êste Quartel servido de guarida a várias Unidades mas, ou por caprichos do destino ou por qualquer fôrça oculta que

emane destas pedras, tôdas as unidades que aqui têm estado aquarteladas têm desempenhado papéis preponderantes na vida da Nação.



1816. Expulsas definitivamente as hostes do Corso, vencido o seu Chefe, acabada a dinastia dos Bonapartes, regressa ao seu Quartel de Campo de Ourique o heróico Regimento do 4 de Infantaria.

Mas não estaria durante muito tempo ociosa uma Unidade que tão galhardamente se batera pela liberdade da Pátria. Em 24 de Agosto de 1820 rebenta, no Pôrto, a Revolução de Fernandes Tomaz, Borges Carneiro, Ferreira Borges, Sepúlveda e tantos outros. Lisboa vacila e continua hesitante até que se dá a arrancada de 15 de Setembro. Infantaria 4 e Infantaria 16 são as primeiras Unidades a chegar ao Rossio para impor aos Senhores do Reino a vontade suprema da Nação. Estabelece-se o regime constitucional em Portugal, que pouco tempo duraria. O Senhor D. Miguel reataria a tradição absolutista até ser exilado para Viena.

Maquina-se, entretanto, hâbilmente o seu regresso. O Infante casaria com a sobrinha D. Maria da Glória e tornado monarca constitucional sentar-se-ia no Trono dos Braganças enquanto que o irmão, imperando no Brasil, entregava à filha a herança do Reino.

Desde 1824 que o Príncipe se encontrava proscrito e naquela manhã de 1828, de regresso à Pátria, tomara a galeota em Belém, enquanto todos o esperavam no Terreiro do Paço.

Cedo esqueceu, a instigações de sua Mãe a Senhora Dona Carlota Joaquina, as promessas constitucionais que jurara em Viena. Ia recommençar a luta civil. Os liberais ou suspeitos de liberalismo iam ser perseguidos, espancados e enxovalhados.

Em Coimbra fervilhava a revolta no meio académico, e os lentes, para lisonjear o Senhor D. Miguel, resolvem mandar uma embaixada a Lisboa. No meio académico, porém, suspeita-se que da embaixada também fazia parte a delação e que aqueles lentes traziam ao Monarca a relação dos estudantes liberais a riscar da Universidade.

O grupo académico dos Divodignos resolve fazer uma espera à Embaixada para se apoderar das referidas relações e destruí-las. São cometidos de tal empresa treze estudantes, entre os quais citaremos Bento Adjusto Soares Couceiro, Delfim António Miranda (péssimo escolar e pior filho), e outros.

Faz-se a espera e com grande assombro dos estudantes e repulsa de Coimbra inteira, aqueles, em vez de se apoderarem das referidas relações, assassinam covarde e bárbaramente os lentes indefesos.

O Cais do Tojo serve de epílogo a êste crime, nêle pagando com a vida os estouvados estudantes transformados em assassinos.

Entre os assassinados contava-se o sábio Doutor Jerónimo de Figueiredo, conhecido pelos franceses, por «Mestre da Pólvora».

Tinha este sábio homem dois filhos militantes ambos no partido dos pedreiros livres: um, o doutor António Joaquim de Figueiredo, vivia em Coimbra, o outro, o doutor Albino Francisco de Figueiredo e Almeida, vivia em Lisboa e era lente da Academia de Marinha.

O primeiro é perseguido pelo morticínio dos Lentes salvando a cabeça apenas por seu pai se encontrar entre os assassinados e é expulso, por isso, de Portugal. Ambos porém não abandonam a causa liberal e o Lente da Academia de Marinha começa a conspirar, sem que alguém dêe suspeite.

Em 28 de Junho de 1831 fundeou em Cascais a esquadra do Almirante Roussin para exigir, afrontosamente, de Portugal a satisfação de hipotéticos vexames sofridos por súbditos franceses. A ocasião era propícia e os conspiradores procuraram aliciar tropas para a revolta, cabendo ao Lente de Marinha levantar o 4 de Infantaria.

A Revolução estava marcada para sábado 21 de Agosto às 21 horas e 30 minutos. A essa hora chega o referido Lente a casa dum soldado, na travessa vizinha do Quartel, garantindo que a essa hora já as tropas estavam a caminho do Rossio. Depois das 21 e 45, quando o silêncio era grande, rompeu um rufo de tambores, apressado, forte e vigoroso dando o alarme, seguido do sinal de reunir. Os soldados saem das casernas rapidamente, armados e equipados formando às ordens dos Sargentos porque... os oficiais da Unidade não estavam implicados na triste conjura e nem sonhavam sequer no que se ia passar.

O Comandante e o 2.º Comandante estavam ausentes. Surge um dos Majores, D. José de Melo e Faro, procurando chamar à ordem a tropa insubordinada, que já disparava as suas armas, mas ao ouvir que a soldadesca queria a sua vida, esconde-se. O Capitão Diogo Joaquim José da Vitória afoitamente encara os insurrectos, pagando com a vida a sua heróica atitude.

A desordem, a confusão e o terror alastram. Os oficiais, não tendo já confiança nos seus soldados, fogem, pois além dos apontados já tinham sido feridos e enxovalhado o Capitão D. Luiz Gregório de Almeida, ferido no rosto e agredido à coronhada, o Tenente António Joaquim Silva, o Capitão António Manuel Ludovici e outros.

O furriel Pedro Bernardino Machado traz, para o meio da turba, a bandeira gloriosa do Regimento, enquanto outros arrombam os paíóis e se municia o bando.

O Alferes José Bernardo Pereira toma o comando do Regimento, secundado pelo cadete João Maria Correia de Lacerda, e com o Lente de Marinha à frente fardado de soldado e empunhando a espada do Major, sai o 4 de Infantaria em direcção ao Rossio.

A desilusão esperava-os aí. Não havia mais tropas revoltadas; a Unidade fôra ludibriada. Ao chegar ao Rossio são recebidos, não por tropas amigas mas sim pelas descargas cerradas das tropas que o comandante da polícia, o coronel Sousa Tavares, aí colocara.

A desordem aumenta e tudo foge, a começar pelo Lente de Marinha. Estava

vencida a revolta do 4 de Infantaria a que se iriam seguir os fusilamentos de Campo de Ourique.

A 7 de Setembro estavam condenados os Chefes da triste conjura. Ao cabo de 3 dias, depois das 9 horas da manhã, appareceram em Campo de Ourique as delegações da guarnição e procedeu-se à exautoração e fusilamento dos condenados na primeira sentença do Conselho de Guerra. A 24 de Setembro compareciam mais 21 réus perante o Conselho de Guerra que igualmente seriam fusilados ao fundo da rampa que dá acesso a êste Quartel.

A Unidade foi dissolvida como indigna de servir o Monarca; o coronel Nuno Augusto de Brito Taborda, passava à disponibilidade; apontava-se o nome do Capitão Ludovici como o de um bravo mas esquecia-se o do Capitão Diogo da Vitória que morrera no cumprimento do seu dever.

A revolta tinha sido vencida; a Unidade passou a ser considerada de criminosos, sendo então entregue êste aquartelamento ao 16 de Infantaria que, tendo-se mantido fiel ao Senhor D. Miguel, era considerado um esteio do absolutismo.



1910. A situação política era confusa. Falava-se em República mas não se acreditava na possibilidade duma mudança de regime. Dos mais entusiastas paladinos do movimento um era certamente o commissário naval Machado dos Santos. Êste devia começar por levar para a revolta a tropa de Campo de Ourique: o Regimento de Infantaria 16.

Tal como na revolta do 4 de Infantaria, os revolucionários não podiam contar com os officiais da Unidade nem mesmo com os sargentos e com tôdas as praças.

Na noite de 3 de Outubro, Machado dos Santos, depois de abraçar Cândido dos Reis, dirige-se para o Centro de Santa Isabel, mesmo nas trazeiras do Quartel, na Rua de Campo de Ourique, n.º 77, afim de conduzir Infantaria 16 para a Revolução.

Difícil empresa se afigurava a Machado dos Santos conduzir o Regimento sem Officiaes, pois nem sequer um Sargento ali tinham aliciado. Contava apenas com alguns cabos e soldados, tendo a certeza da opposição dos Officiaes e da indifferença da maior parte das praças.

Era meia-noite. O Commissário Naval fardou-se e prendeu nos ombros as dragonas de cachos afim de com ellas suprir a falta de galões, deslumbrando os soldados pois, então, apenas os Generaes as usavam.

O Regimento encontrava-se de prevenção. Decorria sossegadamente a noite, nada fazendo prever a tragédia que momentos depois se desenrolaria nesta parada.

Era, nessa noite, official de prevenção o Capitão José Vicente de Freitas e Offical de dia o Alferes Júlio Domingues. Acabara de regressar ao Quartel o Major José Vitorino de Sousa e Albuquerque e encontrara na Sala de Officiaes todos os componentes da Unidade. Ninguém tomava a sério os boatos de Revolução.

O Comandante do Regimento, Coronel Celestino da Costa, retirara-se, havia

pouco, para a sua residência, dentro do próprio aquartelamento. As paredes da Sala de Officiais ostentavam o retrato do rei senhor D. Manuel II, que todos tinham ajudado a adquirir como prova de lealismo. Em Infantaria 16 nem os Sargentos sequer eram republicanos: era uma Unidade monárquica.

Um dos aliciados era o cabo Pedro do Carmo Forçado. Este, acompanhado por Machado dos Santos e outros, aborda o Quartel pelo lado da Rua de Ferreira Borges. Bate à janela duma das casernas e manda chamar o cabo 51 da 2.ª, outro aliciado. Este inicia o levantamento e ouvindo o barulho, Pedro Forçado só pensa em entrar dentro do aquartelamento. Para isso arromba uma arrecadação dos lados de Ferreira Borges e, por um alçapão, entra no Quartel, através duma das casernas da actual Companhia de Construção.

A parada apenas tinha a iluminá-la dois vagos lampeões. No escuro moviam-se os soldados aliciados; as armas telintavam e os Officiais surpreendidos, aterrados naquela surpresa, detinham-se impotentes ante o tiroteio cerrado.

O Coronel Comandante, tomando o seu barrete e envolvendo-se na sua capa, corre à parada gritando para o corneta da guarda que tocasse a formar companhias. Este expediente era bom, posso afirmá-lo por triste experiência própria, mas, naquele momento, de nada valeu.

Ninguém o atendia e quando intemeratamente prosseguia no seu intento, o Ajudante do Regimento, tenente Pestana Lopes, tenta dissuadi-lo por lhe parecer ser piór ainda.

Os civis já se tinham armado, apoderando-se do Quartel. O Ajudante procurava salvar o seu Comandante e o 2.º Comandante, tenente-coronel Júlio Borges, empurrando-os para a casa dos adidos, mas estes saíram para impor-se aos amotinados. O Comandante é assassinado e o Tenente-coronel é agredido. O Capitão Manuel Joaquim de Barros acorre a tentar meter os seus soldados na ordem e é também assassinado, por uma praça que punira; o Capitão Adélio Carlos da Cruz é obrigado a esconder-se para não ser também assassinado e enquanto que uns Officiais são feridos outros fogem para ir pedir reforços à Guarda Municipal que se recusa, alegando a falta de ordens superiores, a ir socorrer os seus camaradas.

Machado dos Santos sai com os amotinados em direcção a Artilharia 1: e os foragidos, não tendo conseguido reforços, vêm novamente para o Quartel dispostos a arrostar com a morte. Encontram apenas alguns soldados e sargentos. Reúnem-nos e marcham com eles para o Palácio das Necessidades afim de reforçar a guarda ao Paço, que nessa ocasião lhes pertencia.

Iniciara-se a revolta republicana que passados dias, ante o pasmo da Nação e dos seus próprios caudilhos, triunfara.



A Reorganização do Exército de 1912 entrega então este aquartelamento à 3.ª Companhia de Saúde que aqui se conserva até ser substituída pelos Sapadores de Caminhos de Ferro.

Surge agora um período de irrequieta actividade. A Sapadores de Caminhos de Ferro, feitos na Guerra e para a guerra por Raúl Esteves, enquadrados por Officiais briosos, disciplinados e disciplinadores não poderia passar em claro o caos em que se encontrava a Pátria. Estávamos no período das revoluções e contra-revoluções, das greves quasi diárias que lançaram o País para os bordos da ruína e do descrédito internacional. Éramos apontados como o México da Europa.

Em Campo de Ourique a situação tornava-se insustentável. Desde o mais humilde soldado até ao Comandante, todos anseavam pela libertação da Pátria. O espírito destas pedras, a alma dos fuzilados de Campo de Ourique impelia a Unidade para a Grande Revolução.

18 de Abril de 1925. Sinel de Cordes, Raúl Esteves, Filomeno da Câmara. A primeira arrancada para a salvação da Pátria deu-se; batemo-nos por essa Pátria doente e fomos vencidos. Seguiu-se o julgamento da Sala do Risco em que Carmona, com o espírito alevantado que o caracteriza, de acusador se transforma em defensor. A Pátria estava em perigo, disse, e os seus filhos mais dilectos estavam no banco dos réus por pretenderem salvá-la.

A Unidade é dissolvida e entregue a outros comandos, depois de reorganizada. Mas o espírito do 18 de Abril não pára, mesmo no cativeiro se conjura e o inevitável deu-se: em 28 de Maio de 1926 surge a Revolução Nacional fazendo vingar os princípios por que em 18 de Abril os Sapadores de Caminhos de Ferro tanto se sacrificaram.

A Unidade é novamente entregue aos seus verdadeiros comandantes e desde então apenas voltou a sair o Portão Norte em 26 de Agosto de 1930 para fazer respeitar o espírito da Revolução de Maio. Serenos, confiantes na vitória quando todos desesperavam, lá saíram os soldados do Sempre Fixe para, mais uma vez, chamarem à ordem os obreiros da ruína nacional.



Indicado o seu construtor e esboçada rapidamente a história das Unidades que o têm ocupado, examinemos rapidamente, em si o único Quartel existente, cuja traça é devida ao Conde de Lippe.

O primitivo Quartel era apenas constituído pela série de edificios que la-deiam a chamada «Parada Superior», que se encontra revestida dum curioso e preciosíssimo empedrado.

Tem este corpo a orientação sensivelmente norte-sul, sendo o tópo sul do quadrilátero constituído pelos edificios de comando. O tópo norte é constituído pelas instalações dos officiais superiores, pelas aulas e pela enfermaria.

As duas alas são constituídas pelas instalações das companhias do Batalhão, sendo os edificios mais elevados, que nelas se encontram, destinados às instalações dos comandos das respectivas Companhias. Nas paredes desses edificios verão V. Ex.^{as}, em bem pintados azulejos, os retratos dos padroeiros de cada uma delas. Assim, encontra-se por padroeiro da Companhia de Construção (de tão gloriosas tradições na Guerra de 914-18) o nosso primeiro Rei: D. Afonso Henriques,

o Rei Fundador. A Companhia do Pontes, que se segue àquela, tem por padroeiro D. João I, o Rei da arraia miúda. Na outra ala encontra-se instalada a Companhia de Exploração, cujo padroeiro é Nun'Álvres Pereira, o valoroso paladino da nossa independência, e, finalmente, segue-se o edifício da Companhia de Parque que tem por padroeiro a figura romântica, mística e sonhadora do Desejado.

Nos edifícios do tópo sul onde se encontram instalados os órgãos de comando, vemos as insígnias das quatro grandes Ordens Militares como que a apontar aos soldados d'este Batalhão o exemplo patriótico dos freires militares de antanho.

Os restantes edifícios que se encontram junto à Parada Exterior são posteriores, grande parte dos quais construídos por Raúl Esteves. A este Chefe insigne se deve ainda a salvação do empedrado que reveste o pavimento da Parada Superior. Quando a Unidade recebeu este aquartelamento da 3.ª Companhia de Saúde veio encontrá-lo quasi em ruínas. Religiosamente foi reconstruído e reintegrado na sua traça primitiva, gastando-se só na reconstituição d'este empedrado o melhor de vinte mil escudos.

Este empedrado foi devido a um Regimento inglês que aqui esteve aquartelado, encontrando-se nêlo desenhados vários símbolos maçónicos. A par dêles encontram-se escritas legendas indicativas das melhores e mais belas virtudes militares que continuamente lembram aos nossos soldados o cumprimento da sua nobre missão: RESPEITO, FIRMEZA, VALOR, UNIÃO, HONRA e FIDELIDADE. E como se isso fôsse necessário, ainda se encontram mais as legendas PÁTRIA e PELA PÁTRIA, como se fôsse preciso lembrar a portugueses de lei que acima de todo o partidatismo está a Pátria, grande Mãe de todos nós.

Raúl Esteves aumentou mais uma legenda, que é aquela que se encontra logo à entrada do aquartelamento como que a lembrar a todos o espírito desta Unidade: SEMPRE FIXE.

Como muito bem o disse um antigo Comandante, Sempre Fixe é para Sapadores de Caminhos de Ferro, um emblema, um distintivo, um grito popular e militar de orgulho e vaidade.

Sempre Fixe foi o símbolo da Unidade durante a Grande Guerra; era o distintivo que o simples soldado mostrava envaidecido aos seus camaradas de armas, nacionais e estrangeiros; era a divisa que se lia na sua bandeira. Era o brado que lhe saía da alma, que o seu patriotismo lhe impelia a gritar nos momentos críticos, nos momentos difíceis, nos momentos de perigo. E quanto não era consolador ouvir, entre o ribombar do canhão e o matraquear das metralhadoras, o humilde soldado dizer decidido e valente, ao seu oficial: Sempre Fixe!

O soldado de Sapadores de Caminhos de Ferro tem orgulho no seu emblema, na sua divisa, bem popular, bem sua, e que lhe fala à alma e ao coração em linguagem humilde e popular, em linguagem de soldado. E quando no momento de perigo nos chamarem, seja no continente, seja em qualquer parte do mundo onde a bandeira portuguesa tremule, nós responderemos com orgulho bem alto e prontos para tudo: «SEMPRE FIXE»!

Campo de Ourique, Março de 1943.

ALFACINHAS

Palestra proferida na sede do Grupo «Amigos de Lisboa»
em 20 de Abril último

por D. FERNANDA REIS

Preguntei um dia a um amigo letrado que era isto de Alfacinhas, donde teria vindo esta alcunha galante às mulheres de Lisboa. A resposta foi pronta e completa. Já o esperava. E explicaram-me que tal «soubriquet» viera aos da capital por serem muito amigos de alfices e por as comerem exageradamente. Confesso que não me pareceu bem para a espiritualidade feminina esta razão que implicava uma voracidade deselegante. Fiz uma tímida observação, e a ela me responderam que a alcunha viera por êles e não por elas. Êles é que eram os devoradores de alfices, e a elas pegara-se-lhe o epíteto por simples fatalidade. É certo que a alface, tão simpática no seu verde fresco e pálido, na sua maneira humilde de atrair apetites, não é um alimento que inferiorize, como as carnes e as gorduras que sugerem festins pantagruélicos, mas, sempre é uma materialidadezinha a perturbar a poesia original das Mulheres de Lisboa, a sua delicada maneira de ser, o seu arzinho de produto elegante, insatisfeito, que se apura até ao inverosímil da gentileza.

Assentemos, pois. Por êles é que somos alfacinhas. E — vá lá — como é por êles acabamos por gostar de o ser. Foi Ana Gonçalves a primeira alfacinha por alcunha nascida em 3 de Janeiro de 1650. É a mais antiga.

Não vou fazer uma dissertação histórica sôbre as Alfacinhas. Calcularam V. Ex.^{aa} de antemão, que eu estava fora de tôdas as possibilidades de ir biografiar as mulheres ilustres de Lisboa através da vida agitada, pitoresca, magnífica, desta admirável cidade. Tampouco irei recordar a sua existência histórica, a sua evolução de espírito, isto é, como passaram, como reagiram contra as novidades da moda pelos séculos fora, e a maneira como, ao estilo das *ecuyères*, rasgaram os arcos de papel que o Progresso lhes pôs defronte, nesta grande arena da Vida. Não. Vou ser mais do meu tempo. Do passado sei raras coisas «de ouvido»; no

Presente tenho aprendido com os olhos. E o ver satisfaz-me mais do que o ouvir.

Alguma coisa, todavia, do que sei de ouvido ajuda-me a saber ver. Pela alfacinha de 1943, talvez se possa avaliar qualquer coisa das suas antepassadas que viviam como aves de estimação fechadas em casas-gaiolas e só usavam de uma liberdade muito reduzida para ir à Igreja, para cumprir o dever de uma visita ou ainda para figurar na romaria devota de uma procissão.

Dentro das praxes e dos costumes de cada época, as suas reacções deviam de ser paralelas, semelhantes quasi, porque o «manequim corpo e alma», embora tivesse variado a obrigação, o uso, o traje, a vida, enfim, mantém-se inalterável com a mesma vibração material e espiritual.

Julgo eu — e talvez me não engane — que as pequeninas revoltas que queimaram os nervos das antigas enclausuradas, tanto dentro dos conventos como cá fora na vida profana e secular, existem ainda hoje com igual intensidade vibratória, agitando-as no desgosto de não poderem gosar de uma liberdade total.

A vida das «alfacinhas» tem sido uma cadeia ininterrupta de conquistas sôbre o preconceito.

Dia a dia este cede terreno, recua, torna-se idoso, apanha bafio, envelhece.

Ganha a primeira vitória sôbre o encêrro absoluto com a abertura das salas ao gosto das assembleias, — de que a França nos contagiou, — ganha a segunda sôbre o passeio de cadeirinhas apenas com a criada grave — hoje elas guiam a 180 quilómetros à hora sem ninguém ao lado — e ganha a terceira com o sarau e o baile que as damas da côrte napoleónica cá introduziram, o caminho ficou aberto para tôdas as conquistas, e a liberdade da mulher do povo que saía a miúde fora das fronteiras, da porta e da rua, começou a querer ser imitada pelas senhoras.

Entrou a empregar-se, para comunicação dos affectos, a figura odiosa da intermediária de capote e lenço, — última encarnação das donas de capelo dos tempos mais recuados — e os assuntos de coração principiaram-se a negociar directamente, ou quando muito, através de uma carta levada por um vago moço de fretes... E, daí ao telefonema foi um passo; do teatro ao cinema outro passo, e, estas batalhas ganhas dia a dia, marcaram o vance fácil para as alfacinhas.

Com a lição constante do estrangeiro, na viagem, no livro, no jornal; o que se usa em Paris, o que é moda em Londres, o que se faz em Nova York, a mulher de Lisboa ganhou uma situação que, verdade seja, lhe deu muitas mais canseiras, muitos mais dissabores, dos que tiveram as senhoras de Madrid, herdeiras de um fiozinho de liberdade antiga que sempre souberam usar com largueza e inteligência. A alfacinha precisou, para isso, de muita mais ousadia do que as madrilenas.

Quando fumaram o primeiro cigarro em Lisboa, já há anos se tinha fumado em Madrid. Esta pequenina batalha do fumo, foi renhida e demorada. A alfacinha, porém, ao alcançar cada vitória não a exhibe nem com demasiada vaidade nem com demasiado orgulho. Usa-a com simplicidade. E quando repara que está sendo olhada com estranheza acaba, em geral, por deitar o cigarro fora! Este

pudor que, não é estudado mas que é de temperamento, caracteriza a maneira de ser da mulher de Lisboa. O exemplo do cigarro pode ser repetido utilizando qualquer das outras conquistas que ela tenha alcançado.

A própria mulher a quem as circunstâncias ou educação que lhe foi dada obrigam a entrar na vida pelas novas portas que lhe foram abertas: o funcionalismo, as profissões liberais, o professorado, o desporto, etc. cruza-as sem imponência, sem dureza e também sem o masculinismo das estrangeiras. Cursando os liceus, as faculdades, as variadas escolas, onde o seu ingresso é consentido, até como estudante não deixa de manter a simpatia da sua linha feminina. É que, o modo de ser da portuguesa e muito principalmente da lisboeta, — cidade que serve de expoente a todas as actividades do país, — e onde se vive com menos preocupação tradicionalista, cheia de natural doçura e de bondade própria, domina a camada intelectual de que se revestiu o saber de que se enriqueceu. Apesar da influência constante do estrangeiro, da preocupação, tão nossa, de imitar, as alfacinhas conseguem manter uma série de particularismos e de expressões afectivas continuando, sem dar por isso, a velha tradição da mulher portuguesa.

Em Portugal não há — disse o grande escritor Malheiro Dias — senão duas espécies de mulheres: a mulher portuguesa e a mulher alfacinha. Esta é o produto da primeira pela civilização de todas as épocas, é o expoente da possibilidade máxima de internacionalização das portuguesas. Tudo quanto a mulher da nossa raça pode ter de ousada, de graciosamente fútil, de elegantemente «boneca», de civilizadamente «chic», de imperfeitamente «snob», dá-o a alfacinha num tipo e uma expressão «sui-generis».

A própria mulher do povo, distingue-se de todas as mais, embora não fixe na sua personalidade o colorido estrangeiro, e apenas o receba por reflexo, num ou noutro momento da vida, numa ou noutra circunstância.

A cidade, com sua atmosfera de capital, modifica-a, compõe-na melhor, contorna-lhe com maior nitidez a silhueta rude, marca-a, sem risco de que a confundam, embora o seu tipo a subdivida em espécies variadas, cada uma com a sua expressão, o seu «tic» bairrista, o seu facies local.

A alfacinha da borda do Tejo, de Xabregas a Alcântara, da Graça ou de S. Vicente, a da Madragoa, da Esperança ou da Lapa, a da Baixa, das Avenidas Novas, a dos arredores, tem, cada uma, o seu ar distinto. Não é já o traje que as diferencia; não é tampouco a maneira de falar, é qualquer coisa de espiritual e subtil que as veste interiormente. Mas só as de Lisboa dão por isso. É um sentido familiar especial; aquele mesmo sentido familiar que distingue dois gémeos que os estranhos confundem.

Parece-me, senhoras e senhores, não haver dúvida que é a capital, com a sua faculdade de metrópole, com seu poder cerebral de cabeça do país, a razão, a causa destes particularismos dos seus naturais.

Lisboa tem o raro condão de conseguir que seus filhos só se pareçam consigo mesmos. A família é grande e amiga; dão-se todos muito bem, mas, os filhos deste ramo principal e primogénito, mantêm uma identidade de feições que logo

os denunciam. Olham-se, ouvem-se, e diz-se logo: — «Bem sei, são de Lisboa». Ora se isto se dá com êles, o que não será com elas que se dispersam menos, que são caseiras e mais apegadas ao lar! A alfacinha, mata-se ao primeiro mirar. O modo de encarar, o jeito de sorrir, até a suavidade da voz e a graça dos movimentos; a bondade natural, o espírito de sacrifício, a doçura do olhar, a leveza grácil dos comentários, o desembaraço, o aprumo, o desejo de imitar disfarçado na ânsia da originalidade, tôdas estas pequeninas feições morais e materiais, a exibem e a marcam.

A vida atirou-a para caminhos que antigamente ela não trilhava. Abertas as cancelas que lhos vedavam, a sua personalidade não se perdeu. Médica, advogada, farmacêutica, professora, jornalista, architecta, agrónoma, a alfacinha nunca deixa de ser mulher e para ela o «feminismo» — termo bastante mal escolhido — será sempre uma «blague» inofensiva. A fórmula inglêsa, ou americana, sueca ou norueguesa, alemã ou francesa, jamais se lhe poderá aplicar. O escritório, a oficina, o laboratório, (seja qual fôr o seu campo de acção) não lhe fará esquecer o lar. Para isso era preciso que o amor se tivesse sacrificado e vivesse encerrado na arrecadação das coisas velhas e inúteis. Ora debaixo do céu de Lisboa, neste torrão atlântico — onde vêm hibernar os das terras da bruma — o amor está impossibilitado de se reduzir à situação de Deus destronado; e existindo êle, o lar não pode desaparecer como sua morada própria e insubstituível.

A alfacinha civilizada, sensível, naturalmente afectiva, profundamente romântica (mesmo quando o não quere ser), por escravidão à sua terra, ao seu céu e portanto ao seu temperamento, embora vitoriosa em tantos combates contra a regra e o preconceito, liberta como está, nunca deixou de ser mulher.

Ê esta a sua grande característica, a sua inconfundível feição. E Deus lha conserve, porque sem ela, sem essa personalidade própria, a alfacinha seria igual, aflitivamente igual.

E parece-me não errar, se disser que a alfacinha doutro tempo, que se arreplava em casa por não poder ir à procissão do Triunfo, com o seu alto toucado de plumas e as suas saias de infinita roda, é ainda a mesma que hoje se desespera por não poder ir a um filme de êxito ou a uma *première* do Nacional com o seu *tailleur* escuro de impecável corte e blusa de renda. No fundo o manequim é o mesmo. As Marflias e as Anardas que foram as musas dos vates da Arcádia, quasi nada se diferenciam das Elisas românticas que recitavam ao piano a «Judia» e a «Lua de Londres», e pouco diferem também das heroínas do «pas de quatre» que inspiraram os poetas do princípio dêste século.

Se caminhar-mos um pouco mais, vemos, passado o abismo da primeira conflagração europeia — furacão que desfolhou e desgrenhou a velha árvore do tradicionalismo feminino — outro tipo de alfacinha — a alfacinha «post-guerra», de saias curtas e vistas compridíssimas, rasgando definitivamente o seu casulo de preconceitos.

A influência é já menos de Paris do que da América, exportadora pela larga estrada do cinema, de novos horizontes da vida, de novos processos de viver,

enviando para a velha e enfraquecida Europa na imaginária dos filmes, o panorama bárbaro, e ao mesmo tempo ultra-civilizado, de Hollywood.

Mas, tôdas elas, das Marílias de Bocage, às Vivianes, às Solanges e às Marlenes de agora — meninas bem — por terem nascido na beira-Tejo, sob a cúpula azul do céu de Lisboa, conservam o seu ar de família, o seu tipo interior, o mesmo fundo de ternura e de simpatia. Dir-se-ia que a luz do seu país, de uma claridade tão penetrante que parece tocar-nos os recantos do espírito, de uma doçura de carícia, que chega a enternecer, de uma trepidação tão fina que consegue misturar-se às vibrações do nosso ser, sabe, a despeito dos séculos, e através da ruína das velhas idéias e dos alicerces de novas concepções, suavizar os declives e os degraus com que os anos relevam e esboroam a Vida.

E nós, mercê dêste temperamento da terra que se nos comunica, não damos pelos solavancos da evolução, e tudo nos parece o mesmo, e as emoções e os sentimentos de ontem, sofremo-los e sentimo-los como se fôssem de hoje, e da mesma maneira reagimos, e do mesmo modo somos!

O passado é, por vezes, uma terra gelada. Penetra no mais íntimo do nosso ser, endurece até o espírito, a ponto de nos tornar insensível ao mundo de fora, ao mundo em que tudo se pode rejeitar ou aceitar numa constante renovação de pontos de vista ou de vida. E nós, que quasi sempre desafiamos a vida para lhe conhecer o significado, maldizemos depois essa curiosidade!

O passado! A alfacinha de hoje, quando chegar aos quarenta anos, nada saberá, nada poderá recordar de uma época tão vertiginosamente vivida, tão sófregamente saboreada. É uma época árida, mecânica, quasi sem poesia, sem requinte. Eles rematam um galanteio pesado com a frase banal, estafada: «V. está hoje bestial!». Elas respondem na mesma toada e dizem às amigas que: — «Fulano tem um ar Lencastre, com seus sapatos ferrados e cabelos sôbre o colarinho».

Arte, Requinte, Amor, Cavalheirismo, são lugares comuns que pertencem ao passado e aos homens de mais de quarenta anos.

A geração de agora, a das alfacinhas de 1943, foi sacudida por uma carnificina que teve uma inquieta trégua de vinte anos. Finda essa bemdita trégua surge a guerra de hoje que é maior, mais vil, mais cruel. A arte de destruir, de matar, essa sim, fêz progressos incríveis!

Apetece-me terminar a minha despreziosa palestra formulando um voto ardente: Que as alfacinhas nunca saibam, como as mulheres das nações convulsionadas pela guerra, o que é o horror de sofrer um bombardeamento aéreo, assistir impotente à partida de seus filhos para a morte heróica — é o rótulo — e ser enfermeira num campo de batalha. Aí as lágrimas secaram há muito. Não são precisas. Os farrapos humanos que as enfermeiras de guerra tratam, amenizam o sofrimento e raramente curam, estão impossibilitados de reagir. Oferecem então a uma mulher o espectáculo de maior miséria humana. E isso desmoraliza. Portanto o meu voto tem razão de ser! Que nós tôdas nos unamos para a mesma prece: Deus acompanhe Lisboa. Deus proteja Portugal. Deus salve o Mundo!

Tenho dito.

Visão duma Lisboa mais bela

Pelo Dr. AMADEU FERREIRA D'ALMEIDA

O nosso ilustre consócio Sr. Dr. Amadeu Ferreira d'Almeida, antigo Ministro de Portugal no Chile, Noruega e Dinamarca, que já o ano passado realizou na nossa Sala três interessantes conferências sobre Urbanismo, Municipalismo moderno, Trânsito, etc., dedicou-nos, nos dias 8, 10 e 12 de Junho findo, três novas conferências subordinadas ao título acima, que é o dum livro em preparação, e das quais, pelo seu interesse e pela viva discussão que originaram, damos a seguir o resumo:

1.ª Conferência

As igrejas de Lisboa

Passou em revista a beleza e majestade de vários templos da nossa Capital, lastimando apenas o geral mau gosto da sua colocação, muitas vezes fazendo parte do prédio contíguo, outras vezes sem perspectiva como a Sé, o que atribuiu ao atávico costume de apinhar as construções em redor do Castelo. Só no século XX é que conseguimos ter em Lisboa dois templos completamente isolados, como foram sempre as Catedrais de Paris, Londres, Milão, etc., e que são as pequenas Igrejas dos Anjos e de Fátima.

O conferente combateu a perigosa situação da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, num terceiro andar, indicando a maneira de a substituir condignamente por ser a depositária dos restos de D. Nuno Álvares Pereira e advogou com entusiasmo a construção, na esplanada do Castelo de S. Jorge, que disse ser a melhor situação da Capital e única no Mundo dentro de cidades, dum majestoso templo, de estilo antigo, dedicado ao nosso conterrâneo Santo António, construção esta que daria imponência à Capital, dotando-a duma Acrópole.

Portas de bronze

Mas enquanto isto se não realiza, sugeria o embelezamento dos nossos templos mais importantes dotando-os de portas de bronze artísticas como se vêem em

Itália, e que até portugueses já ofereceram à Igreja da Candelária do Rio de Janeiro, sendo estas obra imponente de Mestre Teixeira Lopes, «Grand Prix» na Exposição de Paris e cujos modelos, encontrando-se no atelier de Gaia, poderiam ser reproduzidos para um templo de Lisboa.

Vitrais

O conferente disse que as nossas igrejas, com excepção dos Jerónimos e Batalha, são pobres de vitrais; fez referência à soberba descrição dos vitrais da Catedral de Milão feita pelo ilustre professor Abel Salazar no seu primoroso livro «Uma Primavera em Itália», sentindo vivamente que o mesmo não pudesse ser escrito de nenhuma igreja portuguesa! Sugeriu a solução interessantíssima posta em prática no Chile, onde cada família oferece o vitral duma janela à Igreja da sua Paróquia, perpetuando assim o seu nome, pois se encontram vitrais que já duraram mais de mil anos. Não nos falta um artista competente o Sr. Ricardo Leone, que pode executar um belo trabalho por 9 ou 10 mil escudos.

Sinos

Lisboa é uma cidade triste, devido à falta de música em público e de carilhões diariamente tocados nas nossas igrejas. Os sinos duma cidade constituem a sua voz. Precisamos de criar uma canção que seja a *voz de Lisboa*, como se dá em Londres, Copenhague, etc., onde o badalar das horas dum grande sino como o *Big Ben* é precedido duma canção que se ouve em toda a cidade. Propôs que para isso se alteasse uma das torres do Castelo de S. Jorge, onde se collocasse um carilhão e relógio, iluminado à noite, como se vê em toda a parte. Falou do aprêço que em Inglaterra há pelos sinos, que são dotados de inscrições até por vezes humorísticas.

Daremos apenas uma antiga, latina:

*«Funera plango, fulmina frango, Sabbata pango,
Excito lentos, dissipo ventos, paco cruentos».*

E a seguinte inglêsa, que traduzimos:

*«Todo o povo de Bath que me ouve tocar,
Deve-o a cem libras que Lady Hopton quis dar».*

O Museu de Santo António

Finalmente propôs a criação dum Museu de Santo António, como já existe em Faro devido à iniciativa do Sr. Dr. Mário Lyster Franco, corroborando a idéia do jornalista Sr. Augusto Pinto apresentada em conferência na Câmara

Municipal, o que é de fácil organização, sobretudo se o Sr. Ernesto de Vilhena quisesse dotá-lo com parte da sua magnífica colecção que esteve na Casa de Santo António da Exposição do Mundo Português.

Esta conferência foi ilustrada com projecções de arte sacra, como a célebre porta de bronze por Guiberti, em Florença, outra de Bologna, pinturas e esculturas de Miguel Ângelo, e reproduções das notáveis obras do Sr. Leopoldo de Almeida, fundidas pelo Sr. António Maria Ribeiro, do Porto, para a Catedral de Lourenço Marques.

2.ª Conferência

Os Teatros de Lisboa

O conferente começou por comentar a crise do teatro em Portugal e a concorrência que lhe faz o cinema, defendendo o critério dum financiamento às explorações artísticas, para ser possível a finalidade da sua função educadora. Citou vários aspectos do teatro no estrangeiro, para concluir que o subsídio dispensado entre nós é insuficiente. Disse que em Paris há quatro teatros subsidiados. Em Copenhague o Teatro Real, cuja organização modelar das suas três companhias descreveu, é subsidiado com 500.000 coroas pelo Estado e 200.000 pela Emissora de Rádio. Para os teatros de Oslo e Bergen o Parlamento vota anualmente o pagamento do seu deficit. Só os teatros de Londres não são subsidiados em vista dos seus elevados preços; no Convent Garden a platéia custa dois guinéus (210\$00), em nenhum outro teatro custa menos de 50\$00, meia libra.

Depois produziu diversas considerações sobre a disposição das salas de espectáculo de Lisboa, dizendo que S. Carlos e o Nacional nunca poderão produzir receita compensadora enquanto não tiverem as tribunas substituídas por profundas rampas de balcão, passando as tribunas para a direita da sala, como em tôda a parte. Sugestionou que a Emissora Nacional, dispondo de saldos, deveria contribuir para os teatros, recebendo dêles números para os seus programas, como em Copenhague; e os cinemas igualmente, subsidiando os teatros da Capital e das províncias, por intermédio dum imposto sobre a apresentação de filmes estrangeiros, o qual revertesse inteiramente para este fim.

O Museu do Teatro

Depois referiu-se ao «Museu do Teatro», cuja criação reputou indispensável, competindo ao Sindicato dos Artistas Teatrais recolher os numerosos elementos e recordações dispersas. Já foram leiloadas as recordações de Brasão; era bem interessante a colecção de António de Andrade, e tantas outras.

Descreveu o Museu de Teatro na Ópera de Paris; e como, por iniciativa dos artistas, foi crescendo o Museu de Copenhague, primeiro num barracão e hoje no antigo Teatro do Palácio Real, especialmente adaptado por decisão do Parlamento.

Os Amigos do Teatro

Propôs também a criação dum Grupo de «Amigos do Teatro», que contribuissem e frequentassem os teatros que protegessem, citando casos verificados no estrangeiro que podíamos adaptar.

Os Cinemas

Os cinemas foram também objecto das considerações do conferente. Versaram sobre a disposição das salas, organização de espectáculos e programas, e horários de funcionamento que julga muito tardios, contribuindo para que a população se recolha tarde e não possa trabalhar bem na manhã seguinte.

Descreveu o que é o «Cinema-Jornal» de Oslo explorado pela Municipalidade, como devia fazer a de Lisboa, e as de tódas as capitais das províncias.

O Museu de Camões

Lembrou também a fundação de um «Museu de Camões», que recordasse a sua memória, como os de Shakespeare, Victor Hugo, Goethe, etc., visto já termos os de João de Deus, Guerra Junqueiro e Bordalo Pinheiro. Em Portugal não faltam camonianos que contribuiriam para a realização desta idéia, comprometendo-se o conferente a oferecer um exemplar raro da 6.^a edição dos «Lusíadas» de 1609.

3.^o Conferência

O novo edifício do Banco de Portugal

A grande expectativa de Lisboa e a que os «Amigos de Lisboa» não podem ser alheios, é a de saber que espécie de edifício projecta o Banco de Portugal para a sua nova sede e que destino dará à Igreja de S. Julião. Estando há muito terminada a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, que fez construir em substituição daquela, estranha-se que não tenha começado a obra de reconstrução, nem publicado o seu plano. Não é por falta de dinheiro, pois o Banco está rico. Tem o Banco uma grande responsabilidade, porque sendo uma instituição nacional deve contribuir para a beleza da capital.

Ao contrário do que se tem dito, o nosso primeiro Banco não pode sair da Baixa; o comércio bancário está sempre junto da Bôlsa; vejam Paris, Londres, Nova York, etc. Acho que um plano ampliando o actual edifício, podia estender-se até à Igreja, aproveitando mesmo dela a actual fachada, e mesmo a nave, que podia transformar-se no *hall* de recepção que têm todos os modernos bancos do Mundo. Dada à fachada da Rua do Comércio a imponência architectónica que é devida, podiam elevar-se tantos andares quantos fôssem precisos às instalações

do Banco. Lera há tempo que a Câmara Municipal pensava romper a Rua Nova do Almada até à Rua do Comércio, o que envolveria parte da propriedade do Banco; ora sendo ela ali tão valiosa e necessária e deixando a Rua do Almada de ir terminar no Banco, passaria com a diferença de dez metros a ir esbarrar no Palácio do Município, era muito mais útil que o próprio Banco incluísse no seu plano uma Passagem coberta que unisse ambas as ruas e em que houvesse montras de exposição, pequenas lojas, tabacarias, etc. Seria uma inovação prática para Lisboa, aonde a população se poderia abrigar da chuva, construção esta freqüente em França e Itália.

O 1.º Arranha-Céus de Lisboa

Diz conhecer duas tentativas de construir um arranha-céus em Lisboa: a do Sr. Rogeroni nas Avenidas Novas e do Arquitecto Sr. Cassiano Branco, na Avenida. A primeira era descabida por não faltar ali terreno, a segunda era já mais aceitável. Respondeu em nome do Município o Sr. Eng. José Ulrich, dizendo que a Câmara não reconhece a necessidade de arranha-céus em Lisboa, por não se manifestar aqui a causa primeira — «a falta de terreno em sítio central para nêle se construir». Ora aqui é que está o êrro; se há uma capital que precise já dum arranha-céus é Lisboa porque já não tem espaço edificável no único lugar apropriado para Bancos, Cambistas, Companhias, Lojas, Advogados, Médicos, Engenheiros, etc. — a Baixa — isto é, o limitado terreno entalado entre as colinas do Carmo e do Castelo. Experimentem colocar a central dum Banco nas Avenidas Novas e a breve trecho terá falido. É assim em tôda a parte.

É claro que não advoga os exagerados arranha-céus americanos, devemos limitá-los a doze andares, como se faz na parte da América do Sul, sujeita como nós a sismos. São assim os de Santiago e Valparaíso no Chile.

Lisboa precisa na Baixa de um bloco, pelo menos, exclusivamente destinado a escritórios, como há em todo o mundo culto. Onde deve pois ser êsse primeiro arranha-céus? Talvez o novo edifício do Banco de Portugal pudesse cumprir essa urgente missão, e para que a Baixa não perdesse a simetria pombalina podia planear-se depois um outro que lhe fizesse «pendant» aí pela altura do Banco Ultramarino, de modo que quem olhasse do Cais das Colunas visse dois elegantes edifícios elevando-se equidistantes por detrás do Arco Monumental. Se isto não puder realizar-se, e se se considerar necessário apenas um, então o lugar indicado é o quarteirão mal freqüentado por detrás do Teatro D. Maria II, o qual teria as vantagens de, sendo muito central, limpar um bairro e servir de fundo ao elegante edifício do nosso Teatro melhor colocado. Quanto às possibilidades da sua realização, basta vender todos os seus compartimentos antes de construídos, como se fez nestes casos em Oslo e Copenhague.

A «Residência de Honra de Lisboa»

Descreveu o conferente o que é a «Residência de Honra» de Copenhague:

um palácio com todo o seu recheio artístico, em meio de jardins, deixado pelo milionário Carl Jacobsen, com uma avultada pensão, para nêle residir o homem que mais mereceu da Pátria, escolhido pelas Sociedades científicas. O actual residente é o afamado físico Nils Bols, Prémio Nobel por ter conseguido dividir o átomo. Viram já idéia mais bela! Não haverá em Portugal quem a siga, oferecendo para tão benemérito fim um palacete do aspecto, por exemplo, do do Senhor Cândido Sotto Mayor na Avenida Fontes?

Precisamos criar a Gravura Artística Portuguesa

Eis uma forma de arte altamente apreciada no estrangeiro, que se encontra em decadência em Portugal. E o que é estranho é que já tivemos gravadores notáveis e artistas como Bartolozzi, que vieram trabalhar em Portugal, sendo as suas obras disputadas. A que se deverá êste abandono por parte dos nossos artistas? Que se poderia fazer para reanimar esta arte?

Em primeiro lugar uma campanha de Imprensa para educar o público indicando-lhe os seguintes princípios: 1 — Tôda a casa de bom gosto deve ter quadros. 2 — Quem não possa possuir quadros de mestre, pode contentar-se com cópias a óleo. 3 — Colocar nas paredes oleografias é sinal de mau gosto. 4 — Retratos de família colocados nas paredes só podem ser a óleo, pastel, aguarela, pena ou lápis, gravura ou água forte; enfim exemplares em que se note mão de artista e a sua assinatura. 5 — Colocar fotografias nas paredes é mal visto e depreciativo para quem o faça; estas destinam-se a álbum, ou a serem colocadas sobre pianos, *étagères*, cómodas, etc. No estrangeiro tôda a gente de bom gosto, que não é rica, colecciona gravuras antigas ou modernas com que ornamenta salas e até as escadas. Nas casas inglêsas vêem-se gravuras romanas de Piranezi por tôda a parte; mas a série de gravuras romanas, inglêsas, holandesas e escandinavas é interminável, sendo muitas coloridas à mão. Não faltam em Portugal motivos encantadores: igrejas, claustros, portas artísticas, castelos, etc. em Lisboa e no País que deviam estar reproduzidos e à venda. Como isto constituiria um movimento de propaganda está indicado que o Secretariado de Propaganda tome a iniciativa. E a maneira seria, depois de escolhidos uns cinquentas assuntos, abrir uma inscrição de futuros compradores que garantisse as emissões. Entre os nossos poucos gravadores de arte apenas se parecem com o que hoje se faz no estrangeiro, os Senhores Sousa Lopes, Director de Museu; e Ortigão Burnay, que lamentavelmente produz muito pouco, talvez por falta de apreciação do público. O melhor meio de lançar êste movimento seria contratar artista estrangeiro que viesse a Portugal fazer as primeiras gravuras a título de experiência, podendo, se agradasse, constituir uma escola. A escolha é delicada porque nem todos os géneros modernos agradam em Portugal. Foi na Holanda e Dinamarca que encontrei mais artistas dêste género.

A Casa da Índia

Depois do terramoto de 1755 em que desapareceu a Casa das Índias, ficou Lisboa sem instituição alguma que faça perdurar a recordação da nossa descoberta. Temos apenas a Avenida da Índia, o túmulo de Gama, mas não estátua. Vale-nos os «Lusiadas»! Devemos dar à nossa descoberta mais relêvo, como fizeram a África do Sul com estátuas aos portugueses na Cidade do Cabo, a Inglaterra no Museu de Kensington e até a Espanha no Arquivo das Índias em Círculos e Sevilha.

Impõe-se a instituição em Lisboa dum Museu ou Casa da Índia a instalar na Casa dos Bicos, que serve hoje de pobres armazéns. Sugeri para êste efeito uma subscrição em que participasse a Índia. Ainda resta em Portugal muito material: retratos dos vice-reis, mapas e gravuras antigas, que até aparecem nos antiquários da Inglaterra e Holanda, documentos sôbre a Índia de arquivos e da Torre do Tombo, etc., além de recordações que podiam vir da Índia, onde muita coisa resta de interêsse, se disso se encarregasse o Governador. Até em Portugal se encontram contadores, e mobílias notáveis, como a que de lá trouxe o Almirante António de Macedo Ramalho Ortigão, de Faro, e tantos outros. As porcelanas da Índia abundam entre nós. Até móveis históricos poderiam reunir-se na Índia, que tivessem servido aos mais notáveis Vice-Reis ou mesmo a Camões, ainda que não fôsse senão a reprodução da masmorra em que o encerrou um Governador mau e vingativo.

Pérola do Rocio, Lda.

Casa especializada em
Chá, Café, Bolachas,
Bombons e Chocolates

ENVIO DE ENCOMENDAS

para todo o País e Estrangeiro

Rocio, 105 — LISBOA — Telefone 2 0744

Transformação dum elevador em ferraduras

A propósito do ascensor do Largo da Biblioteca

por J. S. VIEIRA

O *Diario Illustrado*, jornal da velha Lisboa, apresentava no cabeçalho larga gravura onde sobressaía a Torre de Belém; a Basílica da Estréla; o monumento a D. Pedro IV, no Rossio; o aqueduto das Águas-Livres; o Passeio Público, com damas de cauda e janotas de chapéu alto; a ponte de D. Maria Pia sôbre o Douro, tudo de mistura com uma paisagem de deserto, onde não faltavam camelos e beduínos — um destes a ler atentamente o *Diario!*

Aquêlê que temos perante nós, datado de «Sexta-feira, 10 de Abril de 1896», refere que o rei passara na tarde da véspera, de carruagem, pela Avenida; que, dizia um tal sr. Décio: «só os cretinos podem affrontar o genio poetico do sr. Guerra Junqueiro»; que iam ser adquiridos novos sinos para a igreja de Arroios; que o guarda n.º 297 fôra castigado com uma patrulha por ter abandonado o serviço antes da hora marcada; que James Cassels & C.ª, na Rua Mousinho da Silveira, 85 (Pôrto), vendia o *Vigor do Cabello do Dr. Ayer*; que o «Dr. Mello, com pratica nos hospitaes homoeopaticos» dava consulta nas Chagas e que o primeiro fascículo da tradução portugueza da *Roma*, de Zola, ao preço de um tostão, «sahirá antes da edição franceza, em Fevereiro de 1896» (e o jornal já tem a data de Abril!). Participa-nos o breve casamento do actor Augusto Rosa, assim como a próxima aparição da obra de Marcelino Mesquita *Na Azenha*. Anuncia, no noticiário camarário, que se vai tratar de pagar a terceira dezena de Dezembro do ano anterior aos operários da C. M. L.; que se pensa construir o guarda-vento na capela do cemitério da Ajuda, e, no boletim financeiro, fala do notável discurso de Hintze Ribeiro, então presidente do Conselho e ministro da Fazenda, sôbre o *deficit* portugês de... catorze contos! Nas notícias do estrangeiro relata, com data de 8, o duelo havido em França entre o Duque de Mac-Mahon e o Conde Guy de La Roche.

foucauld, mas, na mesma coluna, logo oito quadratins abaixo, esclarece noutro telegrama, datado de 9, que «não tem fundamento a noticia acerca d'um duello entre o Duque de Mac-Mahon e o Conde Guy de La Rochefoucauld»!!!

Conservamos o jornal por causa do largo noticiário do lançamento da ponte do ascensor da Biblioteca, que teve lugar dois dias antes, obra da extinta Empresa Industrial Portuguesa, dirigida então pelos Eng.^{os} Baerleim, Lacombe e Rolin Júnior, na qual trabalhou Raúl Mesnier de Ponsard e Stuart E. Mac-Nair — que é hoje missionário evangélico no Brasil —, e onde também exerceram enorme actividade três homens ainda de grande nomeada no círculo metalúrgico nacional: Lambert Dargent e os já falecidos Manuel Cardoso e António Silvério Vieira, três bons trabalhadores que, mais tarde, fundiram os esforços na firma Cardoso, Dargent & C.^a, de que são actualmente sucessores José Marques Cardoso, Tomás de Azevedo e Silva, Eng.^o Martinho, João Matos e Manuel Hipólito, sob a firma L. Dargent, L.^{da}.

A ponte do elevador, que há poucos anos ainda cruzava a Calçada de S. Francisco, tinha dezasseis metros e foi corrida, desde o jardim do Visconde de Coruche até à coluna do ascensor. «O habil assentador, sr. Antonio Silverio Vieira, — dizia o *Diario Illustrado* — com os seus operarios a postos, podendo transmittir do cimo da torre, por meio de porta-voz, para os guinchos, as suas ordens, collocou á bocca do porta-voz, no cimo das torres, para maior confiança, o mestre Joaquim Silverio Ferreira, seu irmão, duplamente irmão pelo sangue e pelo merecimento». — Estava-se então em 8 de Abril de 1896.

O objectivo do Dr. Aires de Campos, animador da iniciativa e seu financiador, não teve o êxito de ordem material que se esperava. O elevador sempre deu pouco. Em 1915 foi doado à Câmara, que, poucos anos decorridos, acabou com a exploração. Os portões do Largo de S. Julião e do da Biblioteca (ambos N.º 13) foram encerrados.

O óxido de ferro começou então, qual sarampelo, a atacar a coluna e a ponte do elevador, e, já quando o *mal* alastrava em demasia, a Câmara resolveu desmontá-las. Da primeira destas tentativas já fizemos referência no *Diário de Notícias*, de 14 de Outubro de 1937, ao relatar o convite feito pelo construtor José Maria Simões Júnior ao técnico montador António Silvério Vieira para dirigir a desmontagem. Era tarde demais. A avançada velhice já lhe tinha feito estragos tão grandes que a empresa era-lhe impossível. A Câmara Municipal pôs então o ascensor em praça, em Dezembro de 1926, e a União de Sucatas, L.^{da}, ou, mais popularmente, o *Nobre das Sucatas*, rematara-o por cinco mil escudos, desmontagem de sua conta e com isenção de licenças camarárias. Na Imprensa, porém, houve quem se insurgisse contra o desaparecimento do elevador, pelo que a arrematação foi invalidada. Passados tempos, contudo, a Câmara tornou a pô-lo em hasta pública, e, como ninguém apparecesse para licitar, o ascensor foi a leilão pela terceira vez, tendo sido novamente arrematado pela União de Sucatas, L.^{da}, mas, então, só por 1.209\$00, ficando, todavia, pertença da C. M. L. a caldeira e o maquinismo.

Ainda não há muito vimos num dos armazéns do *Nobre* a lápida de bronze

com o brasão da cidade, que esteve afixada à entrada do elevador, desde que o antigo proprietário o doara à Câmara:

ESTE ASCENSOR
FOI DOADO
À
CIDADE DE LISBOA
POR
J. M. AYRES DE CAMPOS
CONDE DO AMEAL
EM
1915

Um belo dia, porém, entrou na União de Sucatas um ferrador de Bucelas — o Artur Felisberto —, que viu no ferro todos os requisitos para o poder transformar em ferraduras. Associou à compra um ferreiro da localidade, Manuel Maurício, hoje já falecido, e o velho ascensor da Biblioteca desceu então — desceu pela última vez —, desceu inglôriamente à categoria de ferraduras das alimárias que calcorreiam os povoados dos vales pingues dos rios Trancão e Arranhó...

Ao pedir
**ÁGUA
MINERAL**

peça



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão

À venda em tóda a parte

O C I D E N T E

REVISTA MENSAL PORTUGUESA

DIRECTOR:
ALVARO PINTO

Preços das assinaturas por ano com
direito aos números especiais

Portugal, 120\$00 // Brasil, 120\$00 // Colónias
Portuguesas, 125\$00 // Estrangeiro £ 1 8-0

RUA DO SALITRE, 155

LISBOA-PORTUGAL

O Convento de N. S. dos Remédios Convento dos Marianos Sua história e seus mausoléus

(Palestra proferida por ocasião da visita dos «Amigos de Lisboa» ao Convento dos Marianos em 28 de Março último)

pelo DR. LEOPOLDO DE FIGUEIREDO

Foi a três de Março de 1581 que os frades carmelitas descalços, reunidos em capítulo em Alcalá de Henares, resolveram dilatar, por outros países, a sua ordem reformada e renovada, reforma esta que se havia dado vinte anos antes em Ávila, por iniciativa de Santa Teresa e de S. João da Cruz, e que Pio IV aprovara. Gregório XIII cognominou-os depois de carmelitas descalços para os distinguir dos outros carmelitas, que, não havendo aceitado a reforma, passaram desde então a ter o nome de carmelitas calçados. Esta reforma de Santa Teresa tinha por objecto fazer voltar a ordem dos Bem-aventurados frades de Maria do Monte Carmelo à austeridade antiga, que o tempo havia suavizado, austeridade que o seu fundador, o monge calábrico Bertolo, havia instituído em todo o seu rigor, no século XII, no monte Carmelo, em Samaria, junto da gruta onde Elias havia vivido e no lugar onde êle tinha morto os sacerdotes do deus Baal. Estes frades ali viveram no Monte Carmelo, num mosteiro que tinha o nome do profeta Elias, até que nos meados do século XIII os serracenos os expulsaram definitivamente. Dali seguiram para França, onde foram acolhidos e protegidos pelo Rei S. Luiz, tendo-se tornado, juntamente com os frades agostinhos, franciscanos e dominicanos, numa ordem mendicante. Da França irradiaram para todo o mundo, tendo aqui chegado a Portugal em 1250, onde fundaram um pequeno convento na vila de Moura. Só mais tarde, em 1389, se fixaram definitivamente quando D. Nuno Álvares Pereira fundou em Lisboa o Convento do Carmo, que todos nós bem conhecemos.

Mas não são êsses carmelitas, os calçados, que nos interessam. São os descalços. E interessa-nos sobremaneira a decisão de que há pouco vos falei, de se espalharem também por todo o mundo. A prioridade, na escolha, de Portugal,

dizem, foi determinação de Santa Teresa, que, tendo intercedido a Deus pela empresa de D. Sebastião e desgostosa pelo seu epílogo, havia tido de Deus a explicação do facto. Deus desejava para si os soldados portugueses porque eles eram bons. Se Portugal tinha soldados tão bons, sendo eles usualmente tão maus, é que Portugal era um país eleito e devia ser o escolhido em primeiro lugar para a instalação da ordem reformada dos carmelitas descalços.

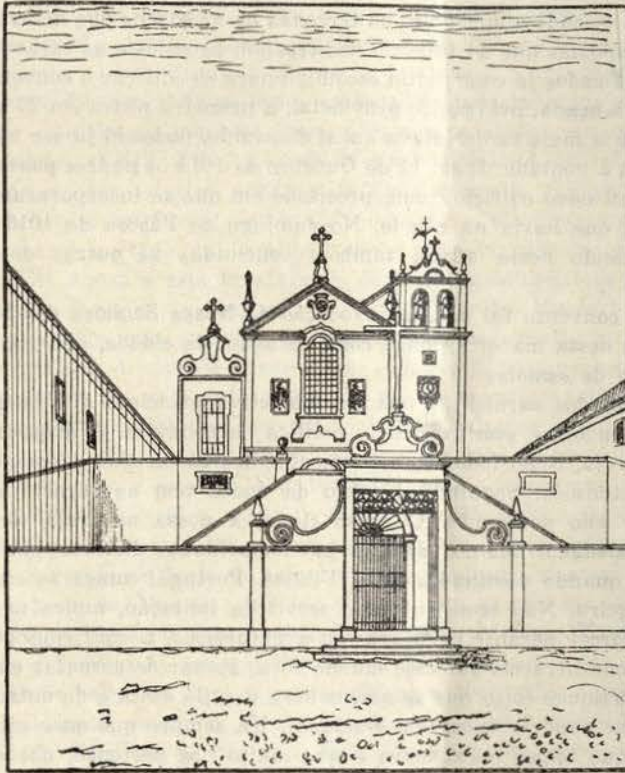
Foi escolhido para chefiar a missão que devia em Portugal iniciar esta ordem o Padre Frei Ambrósio Mariano, que juntamente com Frei Gaspar de S. Pedro e Frei João Evangelista e mais cinco nomes que vêm indicados nas crónicas, chegaram a Lisboa em 1 de Outubro de 1581. 100 anos depois havia em Portugal desta ordem, 17 conventos de frades e 4 de freiras.

Foi escolhido o Frei Ambrósio Mariano, porque, sendo italiano, seria mais bem aceite pelos portugueses que referviam em paixões patrióticas e também porque Filipe II de Espanha tinha por êle uma especial estima.

Esta monarca começou logo por auxiliá-los dando-lhes 100\$000 mil réis de renda, com o que e com outras ajudas vindas de fidalgos burgueses ricos e gente religiosa, se instalaram em casa alugada no sítio da Pampulha, no mesmo local onde depois se edificou o convento de S. João de Deus, e onde até há pouco estava a Infantaria 2 e hoje é quartel da Guarda Republicana. Ao convento se deu a invocação de S. Filipe, em honra do monarca espanhol. Houve depois umas certas disputas entre os padres e os donos da casa, Francisco da Távora e D. Milícia Ribeiro, e em 21 de Outubro de 1604 se trasladaram os frades da Pampulha para o centro da cidade, para uma casa defronte da Igreja de S. Crispim, que compraram a D. Garcia de Noronha, onde hoje está a Tutoria e onde há pouco era um recolhimento. Esteve lá depois da saída dos carmelitas, o colégio irlandês de S. Patrício, instituição fundada para a educação de missionários destinados à Inglaterra afim de converterem este país à fé católica-romana. O convento teve ali a invocação da Madre de Deus. Mas os padres estavam descontentes no centro da cidade com todo aquêlo movimento próprio dos grandes aglomerados. Queriam o recolhimento do campo, a vida sossegada e tranqüila; e, por este motivo, escolheram o sítio de Santos, no local que fica no começo e à direita da rua larga que vai desde Santos a Alcântara.

Santos não era o que VV. Ex.^{as} vêem hoje. Era campo autêntico, extra-muros da cidade. Sítio lindíssimo com os seus olivais, vinhas e pomares que desde a encosta da Boa-Vista se estendiam até Alcântara, prolongando-se para o interior pelos descampados das coutadas reais de Buenos Aires e da Cotovia. Desafôgo, bom ar, distância cómoda, transportes terrestres e fluviais. A vista sobre o Tejo era excepcional, vista que hoje, empoleirados no 5.º andar de algum prédio destes sítios, conseguimos ainda vislumbrar. Como Amigos de Lisboa não podemos deixar de sentir que nossos avós tivessem descurado tanto estas margens tão belas do Tejo e, num sentido errado de urbanização, as tivessem enchido de prédios e ruas, sem terem em suas encostas algumas clareiras higiénicas de parques e jardins, onde pudéssemos gozar as belezas com que Deus nos havia prendado. Desculpem este

parêntesis, mas faz bem às vezes desabafar. O terreno foi adquirido parte a Vasco Fernandes César, provedor dos Armazéns, por 700\$000 mil réis e uma outra parte a um tal Francisco Soares por 120\$000 mil réis, senhorios êstes úteis, pois eram foreiras as comendadeiras de Santos, de quem tiveram de ter a licença indispen-



Convento de Nossa Senhora dos Remédios (gravura setecentista)

sável e preciosa. Estas possuíam numa grande extensão os terrenos em volta do seu antigo convento, de que continuavam senhores, mesmo depois de terem ido habitar o convento que o rei D. João II lhes havia doado, no lugar que depois se chamou de Santos-o-Novo, em contraposição ao primeiro que mais tarde se começou a chamar de Santos-o-Velho. O lindo e antigo mosteiro das comendadeiras sobranceiro à Igreja depois de ter sido palácio real desde D. Manuel até D. Sebastião, estava, à data, em negociações, por sinal um pouco difíceis, para a sua venda à família dos Lencastres que o possuíram até aos fins do século passado. Os domí-

nios do palácio iam desde as escadinhas da praia à Travessa dos Barbadinhos. Nesse tempo, como VV. Ex.^{as} muito bem sabem, não havia Atêrro nem rampa de Santos, que têm cerca de três quartos de século de existência. Entrava-se na cidade, seguindo a rua direita da Esperança, Poço dos Negros e Calçada do Combro, que nos levava às portas da cidade. O Tejo vinha bater perto do lado sul desta rua larga de Santos, onde abundavam as tercenas ou armazéns que do lado do rio recebiam as mercadorias que do Império nos traziam as galés e as caravelas. Creio que ficamos identificados já com o sítio escolhido para se edificar o convento. Comprado o terreno, foi lançada, pelo padre provincial, a primeira pedra em 27 de Outubro de 1606. Cinco anos mais tarde estava quasi concluído, podendo já ser habitado, ainda que não muito à vontade. E em 11 de Outubro de 1611 os padres passam de S. Crispim para o seu novo edificio numa procissão em que se incorporaram membros de outras ordens que havia na cidade. No domingo de Páscoa de 1613 inaugurou-se a Igreja, estando nesta altura também concluídas as outras dependências do convento.

A êste convento foi dada a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, pois se pensou que desta maneira, longe como estavam da cidade, poderiam assim obter maior número de esmolas.

A ordem dos carmelitas tem por objectivo principal a vida contemplativa. É uma ordem pobre e sem influência politica ou religiosa. A architectura do convento e da igreja, como todos os monumentos dos carmelitas descalços, é pois simples, sem pretensões. Seguindo o estilo da época tem as características da sua adaptação ao solo português. O nosso clima, a nossa natureza tão diferente, o aspecto da paisagem deu-nos sempre particularidades distintas do resto da Europa, mesmo quando dominados pelos Filipes. Portugal nunca se enfeudou ao espirito estrangeiro. Não temos o feitio servil da imitação, nunca nos humilhamos ao ponto de torcer perante aventuras ou aventureiros. E confirmando o que acabo de dizer não encontrareis por êsse mundo fora, apesar de assentar em bases gerais e idênticas, qualquer coisa que se assemelhe ao estilo desta e de outras Igrejas que se construíram naquela época em Portugal. Há sempre qualquer coisa, ainda que pequena, de que temos o exclusivo e que muito nos pertence, nos encanta e nos embala.

O portão que dá para a rua é lindo, dum conjunto proporcionado de beleza e rigor de estilo. Tenho passado muito tempo a contemplá-lo. A sua elegância, com o seu quê de majestoso, agrada e conforta o nosso espirito. Em frente do portão de ferro forjado, simples e forte, ficava a capelinha de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira do convento e que mais perto da rua fazia lembrar aos fiéis a necessidade duma esmola. De ambos os lados da entrada desta capela e paralelo ao sentido da rua, se aponta a escadaria que em outro lance, paralelo ao primeiro, atinge novamente o centro da construção, por cima da capela. Com os muros que separam a escadaria do adro, forma-se um conjunto harmónico de feliz concepção. e que foi copiado inteiramente por outra igreja que 60 anos mais tarde se havia de construir no sítio de S. Pedro de Alcântara, dos frades Arrábicos. Separada

desta entrada pelo adro onde nos encontramos, está a fachada da igreja. Todos estamos diante dela. Não tem motivos especiais, mas o conjunto agrada. A entrada da igreja faz-se através duma galilé sustentada por três arcos que lhe dão acesso. A torre, à direita, é interessante em a sua disposição; e, à esquerda do corpo central, o ornato que fecha esta parte é igualmente curioso, de contórno leve e elegante. Como característico desta época, o exterior deixa perceber em suas linhas verticais a disposição do interior. A parte central, que corresponde à nave da Igreja, é encimada por um frontão, ao centro do qual está uma rosácea, oferta do Ex.^{mo} Sr. Castello Branco. Abaixo desta rosácea, de cada lado da janela, que fôra mandada fazer também ao sabor da época pelo mesmo senhor, estão os escudos da Ordem com a divisa «ZELO ZELATUS SUM PRO DOMINO DEO EXERCITUM».

A Igreja, no seu interior, é sóbria, de linhas simples. É formada de uma só nave, com transepto, em forma de cruz. No centro se eleva uma cúpula. O côro está completamente cortado da Igreja, excepto por uma janela larga. Funciona hoje nêle a escola anexa a esta Igreja, que, de ensino gratuito, tem prestado grandes serviços aos pobres desta freguesia de Santos-o-Velho. Havia na Igreja, antigamente, sete capelas, com famosos trabalhos de talha e muito bem doirados, na primeira das quais, à direita de quem entra, e que hoje pertence aos descendentes dos Condes da Murça e cuja entrada se faz pelo seu antigo palácio, hoje Escola Fonseca Benevides, estava a imagem da Senhora do Carmo, e nas outras se adoravam imagens dos santos desta ordem. As imagens, nos dizem autores da época, eram de fina escultura e estavam bem tratadas, não se vendo em parte alguma a mais pequena parcela de poeira, tal era o cuidado e o desvêlo dos monges carmelitas.

O interêsse principal destas capelas e da Igreja, e que chama a atenção dos contemporâneos, reside no facto de estarem aqui sepultadas pessoas muito ilustres da nossa querida terra. Das sete capelas só hoje duas podem ser visitadas, ambas do lado da epístola, uma em continuação do cruzeiro, de Jesus Maria José em que está sepultada a família do general Braz Teles de Meneses e outra ao lado da primeira, em face do corpo da Igreja, com porta para o cruzeiro e para a nave central, da evocação de S. José e de Santa Teresa, e onde está sepultada a família da poetisa Bernarda Ferreira de Lacerda. Esta última capela, quando da compra do convento, estava completamente tapada, parece que por ordem dos Condes da Murça, que se diziam com direito a fazê-lo, mas que se provou depois nada terem que ver com esta capela, mas unicamente com a que hoje ainda possuem e da qual vos falei há pouco.

Foi o saudável cónego Pope, pai do nosso ilustre amigo senhor coronel Godofredo Pope, que em companhia do ilustre investigador Guilherme Henriques a descobriu. Foram-na encontrar em completa ruína e no carneiro, no mais completo abandono e desalinho, as ossadas misturadas com lixo e entulho. Foram limpos os ossos, com todo o escrúpulo e decência, assim nos diz o distinto e citado articulista; depois de recolhidos em uma pequena urna, foram depositados no carneiro, à entrada do qual se tapou com uma laje. Digno de nota o acto piedoso dêste distinto prelado que desta maneira pusera ao abrigo, com todo o respeito, os ossos

de antepassados de famílias ilustres e restaurara a capela que hoje se apresenta linda, como VV. Ex.^{as} em breve poderão apreciar, com as paredes cobertas de fino mármore escuro, a sua abóbada de delicado recorte, de rica aparência e de certo interesse artístico. Os sarcófagos são muito interessantes. Do lado do Evangelho, o dos esposos Fernão Correia de Sousa e de D. Bernarda Correia de Lacerda. Do lado da Epístola o de sua filha também artista D. Maria Clara de Menezes. Eis o que dizem os seus epitáfios:

FERNÃO CORREA DE SOUSA

D. BERNARDA FERREIRA DE LACERDA

Offerecem aqui mortos quotidiano sacrificio,

E esperão juntos o dia da immortalidade.

Nascerão com honra, viverão com applauso,

Morrerão com exemplo

Felices singularmente ambos,

Elle na sorte de tão insigne mulher

Ella nos dotes da hũa alma tão sublime

que, sê igual na idade prezte, vécêo a fama das passadas.

SVA ERVDIÇÃO, SCIENCIA, JVIZO, INGENHO,

E a grandeza de seu varonil spirito cãtou, ã heroico stillo,

Hespanha libertada.

Sua piedade deuação & virtudes pera cõ Deos,

Desprezo & esquecimento do mundo,

Repetem com saudosa & celesteal harmonia,

Os eccos da soledade de Busaco.

Seus escritos são seu retrato, suas cinzas nesso deseque.

Foi laureada no Parnazo do Ceo,

Em primeiro de Outubro

ANNO DE 1644

O epitáfio do sarcófago de sua filha diz:

D. MARIA CLARA DE MENEZES

Filha primogénita de Fernão Correa de Sousa e de D. Bernarda Ferr.^a de Lacerda & viuva / de Julio Cesar d'Eça mandou renovar e ornar esta capella, em que não terá logar pessoa / algũa (como consta das instituições) mays que os ascendentes e descendentes de seus / Pays. Applicou-lhe parte dos seus bêys para obrigação de novos suffragios, que são duas / mercearias perpetuas, e outra missa quotidiana. Nella jazê també seus irmãos Alexãdre / Correa de Sousa, João Correa de Sousa, Ayres Correa de Sousa, Ignácio Correa de Sousa / e Fernão Correa de Sousa, e

seus Avós, Ignácio Ferr., do Conselho de Sua Mag. & D. Paula / de Sá e Menezes, sua mulher, cõ outras missas perpetuas por suas almas.

ANNO DE 1669

D. Bernarda Ferreira de Lacerda nasceu na cidade do Pôrto em 1590 e foi filha de Inácio Ferreira Leitão, desembargador do Paço e chanceler-mor do reino ao tempo dos Filipes e de D. Paula de Sá Pereira, filha de Gomes Correia de Lacerda. Como diz o Epitáfio, era muito ilustre, falava várias línguas, conhecia bem o latim e o grego e havia estudado Retórica, Matemática, Filosofia e Música. Foi autora de várias obras, dentre as quais se destacam, como diz o Epitáfio, pelo seu valor literário, *Espanha Libertada* e as *Soledades do Bussaco*. Filipe III a convidara para mestra de suas filhas, de que o pai da poetisa, não sabemos bem porque razões, pedira escusa. O célebre Lope da Vega exaltou os seus méritos e ao tempo chamavam-lhe divina musa, mimo de Apolo. D. Bernarda comprou a capela para jazigo seu e de seus descendentes. Sua filha, tão ilustre como a mãe, foi pouco feliz com o marido, homem muito do mundo, como êle próprio o confessou no seu testamento, em que sentindo-se réu de muitas culpas, pede perdão à mulher. D. Maria Clara faleceu a 18.X.1683, na sua casa da Rua das Partilhas, no fim da Rua da Atalaia. Não deixou sucessão. Os bens foram para a irmã, D. Teresa de Menezes, casada com Heitor Mendes de Brito e Elvas. Morrendo sem descendência, os mesmos bens passaram, não se sabe bem a que título, aos Senhores das Alcáçovas.

Em 1805, conta-nos José Maria Nogueira em carta ao «Jornal do Comércio», de 18 de Maio de 1872, houve, segundo parece, uma disputa entre os administradores da casa de Alcáçovas e os padres, que queriam aumentar para o dôbro a renda, que era de 25\$000 mil réis. E o facto é que por êste motivo ou por outros, o descendente da família vendeu os direitos da capela e com êsse dinheiro fêz reparações, assim nos diz o mesmo articulista, no seu palácio da Rua da Cruz, n.º 5. A capela foi abolida em 18 de Setembro de 1833, sendo prelado do convento Frei Manuel do Nascimento. Pouco tempo depois seria êle próprio intimado a sair, com todos os companheiros do claustro, por decreto de 8 de Maio de 1834, da autoria de Joaquim António de Aguiar (o Mata-grades).

Sobre o chão da capela estão duas lajes com dois epitáfios que, encontrados no jardim do convento a servirem de fundo a um tanque, foram retirados e postos nesta capela na fé de pertencerem à família de D. Bernarda de Lacerda. Dizem respeito estas lápides ao Conde de Óbidos e ao seu filho D. Inácio de Mascarenhas. É interessante que no epitáfio dêste último o canteiro se enganou e à moda dos tabeliães meteu um «digo».

Na capela de Jesus Maria José, que continua o cruzeiro e que hoje é sala de sessões da Junta, mas que está destinada a uma pequena capela para cultos de matinas nos dias de semana, está sepultado o general Brás Teles de Menezes — general aos 20 anos, quinto neto de El-Rei D. Fernando. A capela é bastante grande e na chave do arco que lhe dá entrada se lê a seguinte inscrição:

ESTA CAPELA DE IESVS
 M.^a JOSEPH PIRIGRI
 NOS É DOS ILL.^{mos} S.^{tes}
 BRAS TELLES DE MENE
 SEZ DONA CN.^a M.^a
 DE FARO EMRIQVES
 E DE SEVS SVSESO
 RES HATE FIM DO
 MVNDO COM MISAS
 PERPETVAS LEVÃO
 TADA ANNO DO S. 1639

Por debaixo do soalho existem várias campas de diferentes pessoas sem interesse de maior.

O sarcófago, do lado do Evangelho é do general Teles de Meneses e o de lado da epístola de sua mulher. Os sarcófagos são de mármore branco de discretas linhas. O epitáfio do general Teles de Meneses diz o seguinte:

SIPVLTVRA DO INVENSIVEL E SEMPRE VITORIOSO IENERAL
 BRAS TELLES DE MENESSES ESCRA
 VO DE IESVS MARIA JOSÉ PRIMEIRO CONDE E SENHOR
 DO ESTADO DA LAMAROSA FILHO DE LVIS DA
 SILVA TELES DE MENESSES DA CASA REAL DE SILVIO
 E GIGON E DE DONA ISABEL PEREIRA DA
 CASA DA FEIRA QVINTO NETO DELREI DOM FERNAÓDO
 DE PVRTVGAL E DELREI DOM EM
 RIQVE DE CASTELA QVE COMESOV A SER IENERAL
 DESDE IDADE DE VINTE ANNOS DA IEMTE
 DE GVERA NA SIDADE DE PORTO E FOI POR IENERAL
 A IMDIA E FOI IENERAL DA SIDADE DE SÃO
 JORGE CHAMADA MAZAGÃO E IENERAL DA SIDADE DE SEVTA
 COMSIGVINDO EM TODAS AS
 PARTES ADMIRAVEIS IMPRESAS E GLORIOSAS VITORIAS
 COMTRA OS INIMIGVOS DE NOSA SAN
 TA FEE EM DEFENSÃO DA PATRIA DE CVIOS VALEROSOS
 E INAVDITOS FEITOS FOI GOSAR OS PREMIOIS AO SEO.
 EM 16 DE AGOSTO ANNO DO SNÖR 1637

No sarcófago de sua mulher lê-se esta inscrição:

SIPVLTVRA DE DONA CATERINA MARIA DE FARO E EMRIQVES
 E GVSMÃO ESCRAVA DE IESVS
 MARIA IOSÉ MOLHER DE BRAS TELLES DE MENESSES CONDE
 E SENHOR DO ESTADO DA LA

MAROSA FILHA DE DOM FERNÃO DO FARO EMRIQUES
 DA CASA REAL DE PORTUGAL
 A BARGAONSA E DE DONA IOANA DE GUSMÃO DA CASA REAL
 DE CASTELA E SIDONIA. REQUIESCAT IN PACE

A casa do Capítulo, que ultimamente servia de sacristia e cuja entrada se fazia por uma porta do lado da Epístola, está completamente em ruínas. Foi aí que esteve sepultado em um recesso da Sacristia o conquistador de Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides, ascendente do presente Visconde de Assêca. A conquista de Angola foi feita em circunstâncias bem notáveis. Com um certo número de navios e 900 homens de desembarque, partiu do Rio de Janeiro aos 12 de Maio de 1642, afim de conquistar Angola aos Holandeses. Fez-se o assalto à cidade de Luanda, mas não foram felizes. Tiveram de retirar com 163 mortos e 160 feridos. Quando Salvador Correia de Sá se preparava para fazer segunda tentativa, com grande espanto seu, viu aproximarem-se parlamentares holandeses que vinham fazer propostas de paz. Daí a sessenta dias toda a costa de Angola era evacuada pelos holandeses e toda aquela rica região novamente em poder dos portugueses.

O sarcófago de Salvador Correia de Sá já hoje não se encontra. Quando foi comprado o convento fizeram-se pesquisas nesse sentido, mas todas ellas sem resultado. Sobre o sarcófago podia-se ler, segundo o citado Guilherme Henriques, o seguinte epitáfio:

AQVI IAS SALVADOR CORREA DE SAA
 E BENAVIDES SENHOR DO COVTO DE
 PENA BOA E DAS VILLAS DE TANQUINHOS
 ARRIPIADA E ASSECA RESTAVRADOR DA
 FEE E DE XPTO NOS REINOS DE ANGOLA
 CONGO VENGVELLA SÃO THOMÉ VENSENDO
 OS OLANDESES E COMPROV ESTA SAN
 CHRISTIA COM MISSAS E SVFRAGIOS
 PERPETVOS. PEDE A QVEM LER ESTE LETREIRO
 O ENCOMENDE A DEOS

Havia também outra lápide referente a sua mulher em que se lia:

AQVI JAZ DONA CATHERINA DE VELASCO
 MULHER DO CONDESTAVEL SALVADOR
 CORREA DE SA DESCENDENTE DA CASA
 DO CONDESTAVEL DE CASTELA

No carneiro desta sacristia se recolheram os cadáveres de outros desgraçados, todos de boa estirpe, dois dos quais eram de sangue real e que foram de-

capitados às três horas da tarde no Rossio no dia 28 de Agosto de 1641. Eram êles: D. Luís de Meneses, Marquês de Vila Real; seu filho D. Miguel de Meneses, Duque de Caminha; Rui de Matos de Noronha, Conde de Armamar e sobrinho do Arcebispo de Braga; D. Sebastião de Matos de Noronha, chefe da conspiração, e D. Agostinho Manuel de Vasconcelos. Faziam parte mais desta conspiração contra a vida del-rei D. João IV e com o intuito de entregar novamente ao domínio de Castela a Pátria Portuguesa, o Bispo de Malaca, o Bispo de Martinica, o Bispo Inquisidor geral e também o Dr. Lourenço Pires de Carvalho, doutor em cânones. Esta conspiração foi abortada em 28 de Agosto de 1641. Estes últimos citados não foram mortos, mas presos nos diferentes fortes da cidade. Mas vamos aos fidalgos decapitados. Executada a sentença, os corpos ficaram expostos e dizia-nos a crónica dos carmelitas, citada por Guilherme Henriques, sujeitos às vaias da plebe brutal, sem que pessoa alguma se atrevesse a dar-lhes destino. Foi o provincial dos carmelitas descalços, Frei Tomás de São Círiolo, quem alcançou de El-Rei a permissão de os remover e dar-lhes sepultura no convento de Nossa Senhora dos Remédios. Ali foram com efeito enterrados na casa do Capítulo que então, em 1641, era a que hoje (1753), data em que a crónica foi escrita, serve de sacristia. Os ossos do Conde de Armamar foram trasladados depois, no ano de 1678, para uma capela que está no claustro e que D. Filipa de Matos Noronha, sua irmã, fundara.

Saiamos da Igreja e entremos no claustro — por um pequeno corredor entre a Igreja e o claustro — Esta Igreja tem dois claustros: o da entrada e o da cisterna. Logo à entrada do primeiro claustro, esbelto, de arcos perfeitos, deparamos com uma sepultura de longo epitáfio, mas certamente dizia respeito a alguém que mais tarde caiu em desprezo, talvez algum senhor das famílias dos Duques de Aveiro ou dos Marquesses de Távora, pois a inscrição está completamente riscada, não se podendo ler uma palavra.

Do lado norte dêste claustro estão três capelas que hoje ainda se podem visitar. A primeira não tem interêsse. A segunda é a capela de que há pouco vos falei de D. Filipa de Matos de Noronha, irmã do Conde de Armamar, supliciado no Rossio. A terceira, a mais afastada, era da distinta família dos Évoras, e que tem ramos em várias casas nobres da Holanda e Alemanha.

Depois de extintas as ordens religiosas, em 1834, o convento dos Marianos ficou completamente abandonado. A tropa ocupou-o várias vezes adventiciamente, e por último estabeleceu-se, durante alguns anos, o batalhão n.º 17 da Guarda Nacional. Podemos compreender os vandalismos praticados, os túmulos e as capelas roubadas e profanadas, feitos por estas tropas em constante movimento e sem a necessária vigilância.

Em 1840 cedeu-se parte do edificio para uma officina do maquinista ou talvez mesmo engenheiro, Gaspar José Marques, para aí construir os seus inventos. Por essa mesma altura, pouco mais ou menos, foi vendida parte da cêrca para uma fábrica de louça, que hoje ainda ali está, e onde se fabricam as afamadas faianças Battistini, de que D. Maria de Portugal é a alma.

Quando da epidemia de febre amarela de 1856-57 o convento foi utilizado como hospital militar.

E em 1872, na altura da venda do convento à Igreja Escocesa, o templo estava servindo de oficina a um fabricante de velas de navios. É o distinto articulista do *Jornal do Comércio*, citado há pouco, que em 7 de Maio de 1872 no-lo diz. Visitando a Igreja, a encontra em completa ruína, não muito além das paredes e do tecto, e o chão em completo desalinho, cheio de detritos, lixo, e imundícies. Foi nessa altura que o edificio foi pôsto à venda em hasta pública e arrematado por 7.201.000 réis pelo Rev. Robert Stewart, da Igreja Escocesa, que cobriu por dez tostões o lanço do droguista Barros, residente à data aqui nas Janelas Verdes. O que seria hoje esta Igreja, se ela tivesse sido transformada em depósito de drogas, como quasi esteve para succeder?

Passado algum tempo, feitas as necessárias obras de restauro, a Igreja abriu as suas portas ao culto cristão evangélico para a colónia escocesa, de rito presbiteriano. Havia cultos em língua inglesa e também em língua portuguesa.

Em 1898, a Igreja Escocesa vendeu por 30.000.000 reis, o edificio do convento à firma Pulvertaft & C.^a, que, por sua vez, cedeu o templo à Igreja Lusitana Evangélica, de rito episcopal, que hoje aqui tem os seus cultos e de que é párcço o Rev. Pinto Ribeiro Júnior. Uma escola primária, de ensino gratuito, funciona no côrto da Igreja. O resto do edificio está alugado pela mesma firma Pulvertaft a várias entidades.

Por último não quero deixar de me referir a um facto interessante, a que o major Santos Ferreira, já falecido, alude no seu livro «Salvador Gonçalves Zarco», verdadeiro nome, segundo êste autor, de Cristóvão Colombo.

Todos sabem que a assinatura dêste navegador ainda hoje é um bico de obra para muita gente. O major Santos Ferreira crê tê-lo desvendado. E mais, êste autor conseguiu, num livro escrito até pelo pai do Marquês de Pombal, «Teatro Genealógico», perceber umas certas frases escritas em cifra e que diziam que no Convento dos Marianos, na comunicação do claustro da cisterna com o antigo refectório, à direita e sôbre um poial abobadado onde os frades punham os cântaros da água, ter sido escondido a auto-biografia de Cristóvão Colombo, confissão da sua própria boca, escrita em língua hebraica na presença do seu confessor, o padre João Eanes de Sáa da família dos Assecas.

O major Santos Ferreira, juntamente com o coronel Poppe e meu Pai, Rev. Santos Figueiredo, em 1935, lembro-me muito bem dêste facto, procurou êste esconderijo e encontrou-o, mas já lá não estava coisíssima alguma, e só depa-raram com restos de livros velhos e lixo. Podemos hoje ver o lugar em questão e a quem se interessar pelo facto, recomendo o livro do major Santos Ferreira «Salvador Gonçalves Zarco, nome verdadeiro de Cristóvão Colombo».

Lisboa nos Ex-Libris

Palestra proferida na sede dos «Amigos de Lisboa» em 28 de
Maio de 1942

pelo Dr. EDUARDO NEVES

Senhor Presidente:

As amáveis palavras de V. Ex.^a, que muito e muito agradeço, assumem para mim três aspectos.

São-me gratas, pela sua delicadeza e por isso me penhoram, mas porque as sei produto da generosidade do seu coração *não me envaidecem* nem me perturbam e aprecio-as por sabê-las filhas da nossa amizade, que muito prezo.

Podiam-me porém ser prejudiciais, se a maioria dos que me escutam me não tivesse ouvido já — poderiam inferir do que V. Ex.^a disse que, o que vou dizer seria bom. Como, porém, quasi todos me conhecem, não só de vista, mas também de ouvido e não pensam assim, vou começar, com o meu agradecimento a quem me apresentou e aos que me vão escutar, estes por terem vindo — prova de gentileza, sublimada, porque envolve sacrifício, sobretudo penhorante.

Senhor Presidente, Minhas Senhoras, Meus Senhores, prezados confrades, colegas e amigos:

De quando em quando a nossa Secção de Estudos Culturais, em convite amável, traz-nos até aqui. No seu alto critério, julga que devemos vir, e assim marca o serviço que devemos prestar ao Grupo; se bom se mau — se bem se mal — VV. Ex.^{as} o dirão, a nós só nos cumpria vir, por entendermos não nos ser permitido eximir-nos ao serviço que, quem de direito, julga que devemos prestar.

É assim que entendemos a disciplina, a despeito do prejuízo que a nossa carência de méritos e qualidades possa acarretar a VV. Ex.^{as}.

A menos de um mês, da data fixada para o nosso serão de hoje recebemos o convite e houve que escolher o tema. Muito embora nos seduzisse o focar Lisboa — nossa terra — como detentora do Primado na época e no espírito cristão da Assistência e Beneficência Públicas, reconhecemos logo ser exíguo o tempo para

as pesquisas e consultas, e ser obra para maior fôlego. De facto, a despeito de desde 1921 servirmos como médico a Misericórdia de Lisboa, a primeira de Portugal, pois data de 1498 e de em 1920, no início da nossa carreira profissional, termos entrado para serviços de Assistência Pública e Particular que ainda hoje exercemos e de, portanto, termos auscultado muito sofrimento e muita dor e de termos visto o muito bem que se faz e o muito que se dá; embora nas pesquisas para a organização das palestras para as nossa visitas ao Carmo, à Penha de França, aos Mártires e aos Barbudinhos, termos visto o muito que de caridade cristã pura e boa, há nos compromissos das respectivas Irmandades e Confrarias; ainda que a história da nossa maior instituição de caridade, nos tenha interessado deveras, na leitura profícua, de Victor Ribeiro, e outros e até e sobretudo, na leitura do seu primeiro Compromisso, vi logo não ser para tão pouco tempo, a quem tem outras ocupações que não pode nem deve descurar, a manufactura de, embora só, apontamentos condignos sôbre tão respeitável e vasto assunto, e até porque, caso o fôlego e o saber me dessem ensanchas para tanto, ao comparar, teríamos, por justos, que ser mordazes para o presente e isso era desagradável, pôsto que não extraordinário, visto que nas disposições de antanho, o prescrito era do melhor em método, acção e «modus faciendi».

Sirva de lenitivo à diferença óbvia, o Magistrado venerando, o meretíssimo Juiz Conselheiro (Doutor Francisco Henrique Góis) que hoje preside aos destinos da nossa Santa Casa — à frente da sua actual Comissão Administrativa — e nos faz antever os homens bons que a ela presidiram nos seus primórdios, pois pela sua probidade inconcussa, íntegro carácter e sólida cultura bem pode enfileirar ao lado dos seus pares de antanho, quer na virtude afamada de Frei Miguel Contreiras, o inspirador das Misericórdias, ou no saber profundo e vasto do Doutor Tomás de Carvalho ou ainda na isenção benemerente do Conselheiro Pereira de Miranda. Seja-me permitido, porque de um acto lisboeta se trata, referir um facto, que enobrecendo um homem não se deve calar e aflora aos lábios ao citar os dois últimos nomes que proferi. Deus permita que ao que houver que tratar o assunto, ao fazer comparações, as encontre iguais nos dias de hoje.

Eis o caso: O Conselheiro Pereira de Miranda, austero, sêco, de luneta impertinente, presa por fita de sêda preta e mãos nodosas pela deformação da gota, recebe, protocolar, quasi ríspido, como de uso, na penumbra do seu gabinete de Provedor, uma senhora idosa, de chapéu de fitas, ar modesto mas distinto. Pedelhe um auxílio pelo cofre da Misericórdia, de que seu falecido marido, antigo Par do Reino, notável Académico e Professor ilustre da velha Escola Médica de Lisboa, fôra Provedor.

O Conselheiro, olhando a através das suas lentes de míope, responde-lhe rápido: não pode ser, não tenho possibilidades para dar um subsídio condigno à viúva de um antecessor. Mas, esteja V. Ex.^a descansada, tudo se fará. Despede-a cortês, nervoso e triste; e chamando após um funcionário, manda officiar para o Ministério do Reino, comunicando que êle, que tinha trem aturado, mas pago

do seu bôlso, e não recebia ordenado, passaria a recebê-lo, como lhe competia.

E, nos meses seguintes, o ordenado inteiro e sem sequer ser visto, era pelo continuo entregue à pobre Senhora num modesto 4.º andar da Baixa, onde residia.

Como comentário só direi: — Deus ilumine os que o possam fazer... se tiverem ensejo para tal.

Não sendo porém possível abordar o assunto referido havia que escolher outro.

Sôbre assunto profissional, numa arte como a minha em que para agir é mister palpar, auscultar e ver línguas, era sobremodo árido e difícil. Falar-vos sôbre as línguas de Lisboa, por exemplo, era têmea sujo e mau, pois só essas vão à consulta e mesmo assim era segredo profissional. Focar porém as más línguas de Lisboa, de que tenho conhecimento extra-profissional, isso nunca, pois seria de antemão ferir-me de morte. Mesmo assim... Recorri pois às colecções, e tendo-vos trazido o ano passado, também por êste Maio florido, algumas moedas e medalhas, resolvi falar-vos hoje sôbre Ex-Libris. Não dos Ex-Libris de Lisboa e tantos seriam, se eu fôsse cantor, poeta, pintor ou literato. Era só focá-los e aplicar-lhes as legendas que os nossos grandes das letras por ela enamoradas lhes têm tecido em louvor. O Castelo, visto do átrio do Colégio de Santo Antão o Novo, com a legenda de Alexandre Herculano: — Cidade de mármore e granito. A Basilica da Estrêla, vista do Príncipe Real com a legenda Nacionalista: — Deus, Pátria e Rei. O Terreiro do Paço, visto de todos os lados, sobretudo do rio, e até do ar, com a legenda camoniana: — Ó vós, Tagides minhas! O Carmo, visto do Rossio com a legenda: — Esta é a ditosa Pátria minha amada. E tantos, e todos tão lindos por êses recantos, miradouros e jardins. Como porém não sei cantar, nem versejar, nem pintar, nem talvez até escrever, pois muitos dizem que tenho letra que se não entende, serei mero apresentador de um escasso meio cento de exemplares que vos trouxe, e de outros que sei existirem, em que Lisboa, quer pelos seus vultos notáveis, quer pelos seus monumentos ou referências, esteja representada.

Não falaremos, pois, dos feitos em Lisboa, ou por os de Lisboa, nem dos de Lisboa, porque isso seria deveras prolixo, e fora das normas fixadas. Falar-vos-ei, pois, embora julgue já ter assaz demonstrado a VV. Ex.ªs, em outra ocasião, que também mal sei falar.

Antes de entrar pròpriamente no assunto, devo referir que para a elaboração destas notas, além da minha, visitei as colecções do Mestre Vieira da Silva, do Coronel Ferreira Lima, Cardoso Marta, e Comandante Alfredo Mota, o anotador da curiosa monografia «Os Ex Libris da Biblioteca da Marinha» — esta última circunscrita à particularidade «Tôrres de Belém» e a primeira especializada, como se sabe, a «Lisboa». Consultei a «Revista Portuguesa de Ex-Libris», de Joaquim de Araújo, que se publicou de 1901 a 1908 em Génova, onde o seu director era nosso Cônsul; e a que Castro e Sola, e Ferreira Lima; o nosso consócio, o operoso e erudito académico que dirige o Arquivo Histórico Militar, dirigiram, e o recente «Arquivo Nacional de Ex-Libris».

Aos amáveis consócios e confrades que citei, o meu reconhecimento por me terem facultado a exame das suas colecções.

Começaremos por onde de dever, o Ex-Libris do nosso Município, não é a fachada do seu «domus» nem a coluna monolítica que foi Pelourinho, mas sim sobre um livro a Caravela dos descobrimentos que levou não aventureiros nem ambiciosos, mas nautas proficientes, na ânsia de dilatar a fé, como missionários pacientes e Mártires e o Império como guerreiros esforçados e audazes.

Pertence-lhe, mas não a usa no seu Ex-Libris, a Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, que esmalta as suas Armas, e que a cidade bem tem merecido, ao domar sempre, a Peste a Fome e a Guerra, expulsando o morbo e o traidor. Berço, no alvorecer em 25 de Outubro de 1142, com D. Afonso Henriques, na dilatação do Império, em 1383 com Fernão Vasques e o Mestre de Avis, consolidando a Independência restaurada em 1640 por Clero, Nobreza e Povo, unidos como um só braço, abençoadas pelo de Cristo, às portas da Sé.

Além deste Ex-libris, usou a Câmara Municipal de Lisboa, como marca de posse da sua Biblioteca, uma etiqueta já com a caravela impressa a azul e um carimbo a tinta de óleo com o mesmo emblema. Como prova para o concurso do Ex-Libris que actualmente usa, trago-vos uma fotografia do desenho então apresentado pelo debuxador figueirense António Piedade.

Depois o nosso, que é já marca editorial e que será Ex-libris. Ainda a caravela com dois corvos, aqueles que por oferta do nosso Grupo restauraram a velha tradição da Sé, os dois animais simbólicos, que, segundo se diz, acompanharam as relíquias de S. Vicente, desde o Cabo do seu nome, até Lisboa e que, desembarcadas às portas da Mouraria, foram para Santa Justa e depois para a Sé. É desenho de Almada.

A seguir o de Júlio de Castilho, que foca um recanto da sua Biblioteca, em que se vêem o busto de seu Pai, o Poeta António Feliciano de Castilho, o retrato de Garrett e a effigie do Mestre da *Lisboa Antiga*, e da *Ribeira de Lisboa*.

A propósito conta Bulhão Pato, no seu *Sob os Ciprestes*, um episódio curioso e de linguagem familiar a esta época de agitações e guerras, neutralidades e acções, prova dos muitos ditos de espírito do Poeta. Um dia, assistindo, escostado ao seu famoso e grosso bengalão, a uma briga de desfôrço, entre Bulhão Pato e uns homens que o haviam insultado, o Vate, invisual, como ora se dizer-se, dizia a Alexandre Herculano e outros: e eu tive que guardar neutralidade armada; aludindo à sua impossibilidade de acção e exhibindo a posse da grossa clava a que se apoiava.

Seguindo Júlio de Castilho, sempre seu herdeiro no saber e amor pela Cidade, seu continuador e anotador o nosso sócio de honra Mestre Vieira da Silva, a quem todos os que amamos Lisboa tanto queremos, e os que dela nos ocupamos tanto devemos. Tem dois Ex-libris ambos desenho seu, num vêem-se as suas iniciais, graciosamente desenhadas, e a um lado as ruínas do Carmo, resto da velha edificação de antanho levada a cabo por Nuno Álvares.

Noutro o colar da Academia das Ciências, a que pertence, com a respectiva

medalha e o castelo insignia da engenharia militar, sua profissão, circundando um trecho das ruínas do Carmo, sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de que é proeminente ornamento e onde foi presidente da sua Secção Orlisiponense. Num livro colocado a meio se lê a legenda «Connvosco me quero» e a nota acentuando a sua qualidade de orlisiponense. Na parte focada das ruínas vê-se, ao fundo, a estátua de D. Maria I, obra de José António de Aguiar, executada em mármore de Carrara e lá depositada.

Casam-se bem a paciência benedictina na investigação, a calma e segura observação dos documentos e dos factos, e o alto nível que ocupa na ciência que cultiva, do possuidor dos ex-libris com as qualidades peregrinas do excelso fundador do convento que usa como timbre; o beatificado de há pouco na Igreja, mas santificado de há muito no altar da Pátria, como vo-lo apresentei na nossa visita ao Museu Arqueológico, lá instalado.

A propósito direi que o próprio convento tinha um Ex-libris orlisiponense pela referência tipográfica.

E, depois, deixando os precedentes protoclares, só devidos a gente de algo, neste lidar da orlisipografia, falemos de outros que aos nossos monumentos foram buscar elementos.

O Sr. J. Cardoso Gonçalves, erudito anotador do Missal de Estêvão Gonçalves Neto, possui um Ex-libris em que reproduz o modelo de madeira do primitivo túmulo do Condestável que existe no museu do Carmo. Como já tive ensejo de vos dizer e é sabido, esse túmulo era de alabastro, foi destruído pelo terramoto de 1755 e veio de França mandado pela Duquesa de Borgonha, neta do Condestável. O mesmo douto arqueólogo e investigador, tem mais quatro Ex-libris com assuntos orlisiponenses:

a) Uma reprodução dos azulejos de S. Roque na parte datada 1584 e assinada Francisco de Matos, o notável artista das olarias do Monte Sinai, aqui vizinhas.

Direi a propósito que S. Roque é não só rico repositório de pintura, como rico museu de arte sacra e de numerosas relíquias para lá oferecidas por D. João de Borja, filho do Duque de Gandia, depois S. Francisco de Borja, mas também de belos azulejos lisboetas, alguns até postos a descoberto depois das proficientes obras iniciadas pelo falecido Provedor Pereira de Miranda a instâncias de José Queiroz e continuadas pelo último Provedor o Médico Dr. José da Silva Ramos, com o auxílio do Médico também e hábil desenhador e caricaturista Dr. Jorge Cid, também infelizmente já falecido e continuada amorosamente pelo nosso consócio Sr. Pedro da Cunha Santos, funcionário superior da Misericórdia de Lisboa, que há pouco nos guiou proficientemente na visita que lá fizemos.

b) Outro reproduz o Estafermo do Museu dos Coches que estava ao centro do picadeiro Real lá instalado sobre a sua coluna com pedestal rolante de formá aos cavaleiros voltearem sem serem tocados pelo chicote do feio personagem. São ambos desenho de Ribeiro Cristino.

c) Outro reproduz o baixo relêvo da estátua equestre, copiado por Júlio

Sanches, e obra de Machado de Castro. Já o mostrei aqui a VV. Ex.^{as} no reverso da medalha comemorativa da estátua de D. José I, e que a Descrição Analítica descreve com pormenores.

d) Em outro representa uma página da Bíblia dos Jerónimos, que o mesmo erudito escritor também estudou. Esse estudo, junto aos feitos pelo mesmo autor sobre o lapidário de D. Afonso X o sábio, a fundação da ordem militar do Tosão de Ouro e a descrição do precioso cimélio da Academia das Ciências, que Estêvão Gonçalves Neto iluminou, são o melhor da sua preciosa actuação no campo da investigação sobre arte portuguesa.

e) Num penúltimo vê-se o nicho com a Imagem de Nossa Senhora a que chamam do Bom Sucesso, da Torre de Belém, esse monumento que só por si daria um Ex-libris não cidadão, mas nacional, com a legenda do navegador ou os versos de Tomás Ribeiro: «Portugal meu berço de inocente, lisa estrada que andei débil infante».

f) Esta Torre de Belém serve de tema ainda a um outro Ex-libris do mesmo escritor.

O nosso consócio Sr. José Dias Sanches usa-a também no seu Ex-libris. Este ilustre artista, não esquecendo o local do seu nascimento, Belém, que cuidadosamente tem estudado, usa dois Ex-libris, num a torre e a sua paleta de pintor, noutro uma cena da porta principal dos Jerónimos: D. Manuel I orando; uma das muitas esculturas evocatórias do nosso passado; incrustadas nessa jóia rendilhada, verdadeira filigrana de pedra, que parece ter nascido da espuma das ondas da praia do Restelo, berço de epopeia e início de consagração nacionais.

O Dr. Simões Ratola, conservador da Biblioteca Nacional, natural de Pedrouços, e o consagrado mestre pianista Viana da Mota usam também a formosa torre, nos seus Ex-libris. Este último tem uma tiragem em água-forte, de Sousa Lopes.

A esbelta e airosa Torre Manuelina de cujo sopé partiram as caravelas do mar, de Vasco da Gama e Cabral e as do ar, com outro Cabral, que acompanhou Gago Coutinho, serve de ornamento também a um dos Ex-libris do Sr. Lino António Afonso, com a legenda: «Os portugueses somos do Ocidente imos buscando as terras do Oriente», que em outro a usa acompanhada da caravela característica das armas de Lisboa.

O Sr. Gustavo Santos, o hábil artista encadernador aqui vizinho, usa um Ex-libris, com a legenda: «Esta é a ditosa pátria minha Amada», circundando a Torre famosa, cuja varanda em desenho seu de 1932 o Sr. Luiz Simões fêz incluir no seu Ex-libris.

Ainda a Sr.^a D. Josefina Santos Henriques de Oliveira, filha e esposa dos conhecidos livreiros antiquários do Calhariz, tem um Ex-libris com motivos da Torre de Belém, o mesmo acontecendo ao Sr. Pastória Pereira.

Até o cidadão espanhol José Montsalvate, de Barcelona, tem um Ex-libris, entre os muitos que possui para seu uso, em que aparece a Torre de Belém, tendo arvorada a bandeira catalã. Mero motivo decorativo, inspirado certamente na be-

leza do imóvel e em que a associação não deve ter qualquer intuito de anexação, mesmo espiritual, mas possível alusão ao levantamento simultâneo de 1640, em que Portugal e a Catalunha se levantaram contra o jugo do opressor comum. Além desta, outra particularidade reproduz, e que nalgumas gravuras antigas se vê — um envasamento para um mastro de atracação que houve junto à entrada da Torre.

Porque estamos perto, vejamos mais dois, um nitidamente regional, o do bibliófilo, recentemente falecido, Sr. Carlos Luís de Oliveira, que representa a cena do velho do Restelo: Oh Glória de mandar — êsses velhos e por vezes êsses novos, que nunca deixam de existir!

E êste outro, que, por raro, possivelmente único, também trouxe a VV. Ex.^{as}.

Era do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda. Ernesto Soares, confrade ilustre nos Arqueólogos e erudito historiador da gravura em Portugal, reputado do buril de Manuel Marques de Aguiar, o gravador português que compôs a maior gravura portuguesa conhecida, a perspectiva da cidade do Pôrto, datada de 1791, que mede mais de um metro de comprimento e que também possuo.

Voltemos à cidade, deixando o velho concelho de Belém, hoje tudo Lisboa. O Dr. Carlos dos Santos, Pai, apaixonado coleccionador de espécies olisiponenses, colecção que por sua morte se dispersou parte para o Museu da cidade, e parte para a maior colecção olisiponense, a do mestre Vieira da Silva, tinha um Ex-libris, desenho do Pintor Fernando Santos, de que há uma tinagem em água-forte em que no fundo se via a caravela cidadina, e, sobreposta, a representação alegórica da Medicina, sua profissão, circundada pelo colar da Torre e Espada que ganhou no seu sacrifício em holocausto à ciência que professava: a Radiologia — de que foi em Lisboa, com Feio e Castro, quasi um precursor. Tem continuador condigno e sapiente em seu filho, que lhe herdou o nome, a profissão e o saber, e que faz lembrar os mestres antigos como Serrano, Bettencourt Raposo e outros que sabiam ser ilustres simultaneamente na profissão e nas letras.

A caravela simbólica mais ou menos estilizada aparece em dois dos Ex-libris do Sr. Manuel A. Ortiz, num, sobre as águas e noutro na mão de um pescador que, emergindo, a ergue sobre o mar coalhado de peixes.

Os Srs. Artur Rangel Pereira, Lino António Afonso e António Henrique Alves de Azevedo, que é olisiponense de nascimento, usam-na também nos seus Ex-libris. O mesmo faz a Universidade de Lisboa, que, entre duas colunas, usa a caravela lisboeta nos seus selos, carimbos e Ex-libris, com a legenda «Ad Lucem». É desenho de Raúl Lino.

Quando, entre 1930 e 1935, com os falecidos Conde de Penha Garcia, Dr. Vieira Guimarães e outros, fui Director da Sociedade Propaganda de Portugal, fiz, por aquiescência obsequiosa do desenhador figueirense Sr. António Piedade, desenhar dois Ex-libris para a Biblioteca da Sociedade; entre os brasões das capitais das então oito províncias de Portugal se vê o de Lisboa.

Esta Sociedade teve tarefa meritória e a ela se deve o início da organização turística em Portugal. Fundada em 1906 por Mendonça e Costa, teve notória

acção e criou até o primeiro curso de hoteleiros em Portugal, que funcionou na Casa Pia. Por minha proposta há um largo em Lisboa com o nome do seu fundador, a meio da Rua Moraes Soares. As placas em azulejo que lá se vêem foram oferta da Sociedade à Cidade e desenhadas por Jorge Colaço.

O desenhador a que aludi, o Sr. António Piedade, infelizmente agora por doença pertinaz, impossibilitado de trabalhar, aproveitando o seu nome e a sua profissão, desenhou um Ex-libris para seu uso, em que numa tela colocada sobre um cavalete de pintor se vê pintado um Santo António, o nosso Taumaturgo e conterrâneo que tanto nos honra.

Foi António Piedade o desenhador, sempre obsequioso, de três dos meus quatro Ex-libris, e num dêles, em que se representa simbolicamente a Medicina e a Numismática, aquela por um centauro com a cobra, e esta por o reverso duma moeda com a legenda — *In hoc signo vinces* — envolvendo a Cruz de Cristo, cantando a uma linda cercadura — vêem-se quatro escudos, um dos quais o de Lisboa, minha terra. Os outros são de Instituições lisboetas a que pertencem: Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, que data de 1835, Arqueólogos Portugueses e Sociedade de Geografia de Lisboa. O desenho é de 1931, por isso nêle não figura ainda o emblema do nosso grupo.

Um outro Ex-libris que também uso, desenhado em 1927 por meu Pai, também natural de Lisboa — a minha costela olisiponense vai até aos bisavós — representa uma moeda ou medalha cujo campo é esquartelado de preto e branco, as côres da Cidade, e tem dois sinais ocultos, como se diz em numismática, um pequeno escudo português e um «L», que nas moedas significa feito em Lisboa.

É de notar, para honra do autor e glória do País, que tendo António Piedade, seguramente o artista que maior número de Ex-libris tem desenhado em Portugal, concorrido à exposição de Ex-libris de Los Angeles, em Maio de 1933, entre dezassete países representados, dos quais Portugal com dois artistas, mereceu, com o meu Ex-libris, entre trinta que apresentou, uma menção honrosa, e ser vice-presidente de honra de júri. Por isso vos trouxe o desenho original. Este artista fez em Lisboa uma exposição de Ex-libris nas salas da Propaganda de Portugal, de que há um catálogo prefaciado por mim, e publicou um volume em que vêm representados muitos dos seus desenhos, entre êles os olisiponenses.

O Sr. António Pimentel pôs também um Santo António a consagrar-lhe o topónimo.

E bem fêz, porque pronunciá-lo é quasi pronunciar Lisboa pelo seu culto, por honra nossa de velha tradição.

O mesmo fêz o Sr. António Coelho Flor, que no seu Ex-libris usa, num escudo bipartido, dum lado, a imagem do nosso taumaturgo e seu homónimo e do outro um coelho em cima e uma flor em baixo, reproduzindo assim simbolicamente o seu nome.

Esta representação por símbolos dos nomes e apelidos é vulgar nos Ex-libris; que me recorde de momento lembram-me os dos Srs. Pinto Barata, António Jacinto Júnior, Gomes de Carvalho, Anibal Chaves, Belarmino Pedro, Carlos Luís

de Oliveira, Dr. Armando Dias Coimbra, Dr. Joaquim de Carvalho, A. Moreira Cabral, etc., que fizeram incluir nos seus Ex-libris as figuras representativas dos apelidos ou nomes que sublinhei.

O Sr. Jorge Mendes foi buscar motivo para o seu ex-libris à estátua de Eça de Queiroz, essa nudez forte da verdade sob o manto diáfano da fantasia, que Teixeira Lopes compôs e ante o palácio Farrobo, por onde outrora passou o que havia de mais moderno na época e agora deambula o que há de mais antigo e velho no tempo, se ostenta desde 9 de Novembro de 1903.

Para acabar com os recantos de Lisboa ou a sua representação objectiva em Ex-libris, citaremos o Sr. Manuel A. Leal, que escolheu um trecho do cais do pôrto de Lisboa para figurar na marca de posse dos seus livros, onde assinala o tráfego de madeiras, o comércio a que a casa que possui e dirige se dedica.

A recente comissão de fiscalização das águas de Lisboa architectou um propósito para o seu Ex-libris, onde entra a reprodução da estátua do Rio Tejo que está na Avenida da Liberdade e esteve no Passeio Público, com os nossos dois corvos simbólicos pousados sobre a cercadura. Há uma tiragem especial comemorativa do ano áureo de 1940.

Não nos referiremos ao velho Passeio Público, sem deixar de aludir à recordação romântica do vivido por nossos avós, na amenidade calma das exhibições que lá tiveram lugar, como também ao homem que tudo sacrificando, até os próprios interesses particulares, teve o rasgo arrojado que deu início à expansão de Lisboa; a abertura da Avenida da Liberdade, ainda hoje a nossa melhor artéria.

Rosa Araújo bem merece da Cidade, e bem merecia até que o seu monumento não tivesse sido relegado para um recanto escuso numa rua transversal — embora a que tem o seu nome.

Falaremos agora dos exemplares em que se exhibe a effigie de notáveis vultos lisboetas.

O folclorista e etnógrafo figueirense, que entre nós dirige a revista «Feira da Ladra», o Sr. Manuel Cardoso Marta, tem um Ex-libris, desenho seu de 1904, em que na composição avulta o busto de Alexandre Herculano, êsse arcaboijo sólido de lisboeta nascido no Pátio do Gil, à Rua de S. Bento, cujas palavras soam como bronze, que tinha Reis por amigos e que em Azoia, cêrca de Santarém, desceu à terra, cujo cultivo procurou nos últimos anos de vida, passados entre campônios.

Reler a *Cruz Mutilada* é ainda hoje recordar a sua fé sólida, como ao reler o *Eurico* ou o *Monge* se bebe sempre o seu patriotismo são.

O bibliófilo Dr. Salinas Calado apresenta-nos no seu Ex-libris, Camilo, o martirizado de Seide, aqui nesta nossa Lisboa nascido, e que tantas vezes evocou o autor até das suas memórias romantizadas sob o nome *Mistérios de Lisboa*.

O Sr. Azevedo Nunes Branco dá-nos também o busto do mesmo romancista nos Ex-libris que usa para a parte camiliana da sua biblioteca.

O mesmo fazem o jornalista R. Simões Costa, que há pouco generosamente cedeu ao Museu de Sintra a sua interessante camiliana; e o Sr. Garcia Saraiva. Lisboa aparece ainda como simples designação locativa nos Ex-libris do Consu-

lado de Espanha em Lisboa, no do Sr. Charles Henry Bleck, etc., como no de várias colectividades e instituições cidadinas.

Cito, por excepção, como notório pela antiguidade, o tipográfico do Convento do Espírito Santo, nosso vizinho ali em baixo onde hoje são os Grandes Armazéns do Chiado e embora recente por comemorativo dum certame lisboeta, o da Biblioteca da Imprensa Nacional de Lisboa, feito a quando e para comemorar a primeira exposição de Ex-libris realizada em 1927 e que reuniu o melhor que havia entre nacional e estrangeiro numa parada de muitos milhares de exemplares.

O Sr. Conde de Almarjão tem também um Ex-libris comemorativo do mesmo acontecimento.

Acessòriamente citarei alguns ex-libris exteriores: o do colégio de Santo Antão, que há pouco nos foi magistralmente apresentado, pelo nosso illustre Presidente da Assembléa Geral, Dr. Alberto Mac-Bride; o do Conselho do Almirantado, da Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade, do Convento de Jesus de Xabregas e os de várias Irmandades, entre as quais, a de Nossa Senhora da Guia, que data de 1781.

Até o usava o Oriente de Lisboa.

Havia-os também manuscritos, em que se evocava ou assinalava a qualidade de olisiponense por nascimento ou funções; dois vos trouxe por curiosidade, o do sacristão do Hospital de S. José e Anexos em 1899, escrito sòbre as guardas dum volume que contém a colecção do periódico liberal Lisboaeta o March-March de 1835 e outro quasi biográfico e com anotações estatísticas sòbre custo da vida, é de António José de Figueiredo, aluno em 1831 da aula de latim de S. Vicente de Fora.

Para fechar condignamente citarei o do Vice-Presidente da nossa Junta Directiva, o académico, jornalista e poeta Gustavo de Matos Sequeira, em que orgulhosamente assinala e afirma a sua qualidade de olisiponense e paladino erudito da História da evolução e vida da nossa terra, que tanto lhe deve.

E a propósito, em parênteses de justiça, antes do arazoado final:—

Foi focada há dias a generosidade amiga do possuidor deste último Ex-libris Matos Sequeira, e a do poeta João Ferreira e muito bem. Tem-se, porém, omitido até hoje, por motivos óbvios, fáceis de compreender — é sempre o mesmo o nosso informador official — um facto em que avulta o nosso grupo, como Norberto de Araújo, na sessão de 30 de Abril da Câmara Municipal de Lisboa, muito bem focou.

Refiro-me, como VV. Ex.^{as} já decerto anteviram, à concessão do prémio Júlio de Castilho ao nosso operoso e solícito Secretário Geral — Luiz Pastor de Macedo, que hoje preside ao nosso serão.

Honra-nos sobremaneira a concessão, pois que, nós agremiados, somos obra dêle, o seu melhor livro ainda e sempre em publicação, como o disse Norberto de Araújo; e como família que somos, as glórias de um, honram, envaidecem e comovem todos.

Ainda não lho dissemos publicamente, e eu, sem qualquer qualidade mais, que a de simples sócio, propus-me, com o critério de justiça que sempre uso, e sem

ter em conta a minha qualidade de amigo, dar ensejo a que lhe manifestemos a nossa satisfação e o aprêço a que tem jus, felicitando-nos com êle por tal motivo.

Vai longa a jornada e é mister dar-lhe fim.

Triste condão o meu, vir após...

Depois da série brilhante do mês de Abril, em que a Primavera nos trouxe o concurso feminino, tão auspiciosamente aberto, pela nossa consócia D. Julieta Ferrão, evocando a arte graciosa de Bordalo, êsse nosso conterrâneo tão ilustre, duma geração de Artistas, e fechado com o cântico pastoril e florido, de bela prosa e lindos versos de D. Madalena Martel Patrício, que marcaram tão galharda e elegantemente a força do sexo a que chamam fraco, mas que se impõe, imperando nos nossos corações, nos nossos espíritos, nas nossas famílias ou não fôsse nêle, onde encontramos nossas avós, nossas mães, nossas espôsas e nossas filhas, numa palavra, tudo, pois é, tôda a nossa saúde, todo o nosso affecto e tôda a nossa esperança.

Apreciado momentos espirituais nos tem dado também o sexo forte, ouvindo Sidónio Miguel, numa das suas várias modalidades, cuja gama passa de historiador a corporativista, de crítico a literato e até como o ouvimos ultimamente, lírico, não fôsse êle um poeta.

E que a ciência dos números, que professa, não faz mal à das letras, provou-o também Luciano Ribeiro, que nos falou com tanta frescura da nossa Lisboa e no seu Alenquer, que tanto lhe deve e êle tão eficientemente tem estudado.

Ainda o Dr. Câncio abordou os veraneios nas cercanias de Lisboa, busquejando nos anotadores contemporâneos a sua evocação, deixando por momentos o seu Ribatejo, que tanto tem servido, e a que também estou ligado.

E assim eu, a fechar, perdida a chave de ouro, que os que me antecederam, usaram larga-manu — deixo cair nas minhas últimas palavras, já que não com realidades, pelo menos com recordações, falando dêles para poder acabar bem.

E, como terminus, eis que fica um último Ex-libris esboçando, ao longe os ecos aplaudidos dos que me precederam com a minha legenda bem sentida: Quem me dera — se Deus quisesse...

E assim, esta noite, em data própria, comemoramos também o aniversário do regime que nos deu a certeza da paz interna, e, graças a Deus, até hoje, externa; e a esperança fundada da sua manutenção; e fizemo-lo duma maneira condigna, falando da nossa Lisboa, cabeça do Império, do nosso Portugal, que Deus guarde.

Tenho dito.

Começado no dia da Invenção de Santa Cruz, em Lisboa.

Acabado no dia de Nossa Senhora de Fátima, de 1942.

Revisto, para publicar, no dia de S.^{ta} Iria-Portuguesa.

Como se escreviam críticas há 82 anos

a Sidónio Miguel

por HENRIQUE MARQUES JÚNIOR

Em Novembro de 1861 principiou a publicar-se em Lisboa um mensário de dezasseis páginas, intitulado *Miscelanea historica*, que era assinado na livraria Arsejas, nessa data existente no n.º 231 da Rua Augusta, onde agora está a casa M. D. Costa.

Ainda conheci o filho dêsse Arsejas — José Inácio Rufino Arsejas — bom velho, que foi por muitos anos gerente da livraria Lavado, no n.º 95 da mesma rua. Era uma criatura curiosa, galhofeira e com certo espírito. Para prova, basta citar uma frase que êle usava para as pessoas que estranhavam a modificação dessa livraria, que foi tomada por meu falecido Pai, denominando-se *Livraria Moderna*, e onde depois foi a sede da Empresa da História de Portugal. Mas quem explica isso tudo muito bem é Henrique Marques no seu livro póstumo *Memórias de um editor*, que é um manancial de apontamentos interessantes àcêrca de costumes e usos da época da sua vida.

Reatando, porém, o fio à meada, direi que a quem lhe fazia perguntas a respeito das obras, Arsejas respondia:

— *É verdade! Alteou-se o tecto, baixou-se o chão, alargaram-se as paredes!*

E os que o ouviam falar ficavam muito convencidos de que tudo aquilo era verdade.

Perdi-me na digressão, mas volto ao assunto, prometendo não mais desviar-me para bom entendimento de quem tiver a pachorra de me ler.

Miscelanea historica não tinha indicado nome de director ou colaboradores. Era publicado no formato in-8.º; os quatro primeiros números foram compostos e impressos na *Typographia Universal*, na Rua dos Calafates, (hoje do *Diário de Noticias*), 110, e do quinto ao treze numa tipografia que existia na Rua da Vinha, 42. Do décimo-quarto ao fim não trás local de composição e impressão.

No número 8, referente a Junho de 1862, publica a *Relação das Pessoas que se tem dignado subscrever para este jornal*, relação que, por extensa, não se transcreve, embora seja curiosa. Prometia continuação, mas tal continuação não appareceu.

Estou na persuasão — e é natural que não esteja longe da verdade, pois não tenho forma de afirmar ou negar tal — de que êste Arsejas, que figura como editor e assina algumas notas de expediente foi também o seu director, visto ser homem culto.

Os dois primeiros números saíram em Novembro e Dezembro de 1861; 3 a 12 publicaram-se de Janeiro a Outubro de 1862 e os restantes de 12 de Janeiro a Dezembro de 1863.

O exemplar que estou a examinar e pertence à preciosa biblioteca particular de meu saudável Pai tem falta do n.º 13, falta explicada pela seguinte Advertência publicada no n.º 24 e que traslado na íntegra:

Tendo alguns assignantes requisitado o numero 13 na ideia de lhe faltar na colleção dos 24 numeros deste jornal, previne o editor, de que o numero 13 não contem mais do que a Folhinha do anno de 1863 e que foi destribuida a todos os senhores assignantes e broxada em papel côr de rosa.

Estas palavras servem de intróito a uma série de transcrições interessantes âcerca das críticas (?) teatrais que nesse mensário se publicaram e que têm um sabor ingénuo e pitoresco que retrata os costumes de uma longínqua época lisboeta e por isso mesmo devem ter interêsse para os *Amigos de Lisboa*, pois suponho pouco vulgar tal publicação.

A título de curiosidade é que me lembrei de as inserir no *Olisipo*, que se dedica a tudo quanto respeita à nossa querida e linda cidade, da qual me honro de ser natural.

Possível é que não caibam num só numero essas transcrições que são feitas textualmente, emendadas as *gralhas*, que eram inúmeras, para não perderem a característica e, assim, traslado aqui as do n.º 1 e que por hoje devem chegar.

Vêm publicadas no *Noticiario — Chronica em 1861*.

ESPECTACULOS PUBLICOS. — *Theatro de S. Carlos* — Abriu no dia 2 de Outubro com a opera *As Vesperas Sicilianas*, na qual debutou a senhora Bendazzi, o tenor Fraschini, o baritono Guicciardi, e o baixo *Della Costa*. A dama agradou e Fraschini teve uma recepção brilhante pela sua reaparição; os outros cantores vão pouco a pouco merecendo o bom acolhimento: á excepção da formosa Barini que debutou na *Somnambula*, porque esta (como disse o jornal a *Opinião*) mereceu as sympathias *pela sua elegancia!* Desejamos-lhe fortuna. O novo tenor Baraglia foi menos mal na *Somnambula*; mas dizem que não está contente com o publico, ou o publico com elle.

Seguiram-se as operas *Trovador*, *Traviata*, e ultimamente a nova producção de Verdi, o *Boccanegra*, que, apesar de não fazer grande entusiasmo na primeira noite, vão os amadores recebendo com mais atenção os efeitos do grande talento d'aquelle optimo compositor.

O actual empresario, (homem de gosto e de genio) vae sustentando com a maior frescata o primeiro e melhor passatempo aristocratico da capital; variando e fornecendo a companhia de *novos e virtuosos cantores*; não deixando de

merecer a sua protecção o nosso veterano Bruni, e os antipathicos *divertissements* de passo a nove! ou de *passos a oito!* e outros taes bailaricos, em que não conhecemos progresso, desde mr. S.^{te} Leon até hoje.

Theatro de D. Maria II. — Abriu no dia 16 de Setembro (com telhado á portugueza,) e foi á scena a nova comedia-drama *Abnegação* que, apesar das varias interpretações, foi bem recebida.

Seguiram-se outras comedias que tem agradado, e muito mais a ultima que foi á scena, *O prestigiador* (deve ser *prestigitador*), em que o nosso amigo o sr. Theodorico, tem grande parte no acolhimento desta peça, bem como a scena final executada pelos eximios pintores Rambois e Cinnati.

Gymnasio. — Depois de uma paralyisa de tres meses, tem continuado a apresentar grande parte do seu inextinguivel repertorio: preparam-se para levar brevemente uma comedia graciosa com visualidades, *O diabo a quatro*.

Rua dos Condes. — Este antigo casarão do pateo do Tronco, é incançavel no entretenimento da classe operaria: disvellando-se a associação e direcção, em apresentar variadas produções, para ir aclimatando os nossos actores com a benevolencia das platéas.

A grande comedia de expectaculo, *A restauração de Portugal em 1640*, tem sido recebida com bastante enthusiasmo e continuada concorrência. E' esta uma das paginas mais brilhantes da nossa historia; posto que a da guerra *Peninsular* (contra francezes) não fosse digna de menos enthusiasmo, se alguma das meliores pennas (*independentes*) se quizessem dar ao trabalho de apresentar em scena tantas acções de valor e de independência do nosso valente exército, desde 1810 a 1814.

A comédia em questão deve sempre agradar, posto que desejamos vê-la menos cheia de trovas cantadas, menos pesado o episodio do *cajado* e mais bem determinadas e dispostas as figuras na salla dos conjurados, e na do Terreiro do Paço!

Que mal passaria a sentinella, senão chamasse ás armas vendo tão grande multidão deante de si, e em occasião tão proxima de uma revolta!

Variiedades. — Este encorreado theatro que foi o berço de tão bons actores, tem sido victima de milhares de associações e associados, para o preverterem. Envolvido nas mais delicadissimas *liquidações financeiras* conservou-se incognito na maior parte do anno; apresentando ao publico, a reaparição da *Loteria do diabo*, para vêr se com esta loteria conseguem restabelecer o credito do antigo Salitre.

Caffé-Concerto. — Este bello passatempo musical, foi pouco concorrido nas suas 48 noites; de que lhe resultou algum prejuizo.

Madame Ternour. — Continua a divertir a rapasiada, assim como o *Allegría* com as suas touradas de dia e de noite, em Lisboa e fóra della.

Houve a *Exposição Portuense, Bazaars, Cyrios, Regatas, Passeios* com musica a capricho; sobresaíndo o da Estrella que debutou este anno desde 6 horas

às 9 da da noite; e ao de S. Pedro d'Alcantara, só lhe permitiu o *Bóreas*, umas quatro noites.

Companhia acrobatica Anglo-americana. — Esta companhia que se compõe de cinco homens (sem mulheres, caso raro!) é do genero gymnastico, e trabalham com tal perfeição que não é facil o exceder-se; chegando até a oprimir-se o coração ao presenciar tantos perigos a que estes intrepidos se expõem repetidas vezes: é das mais dignas que tem vindo a esta capital.

Circo Real, de D. Caetano Ciniselli cavalleiro da ordem de S. M. o rei Victor Manuel, etc. etc.! Com este pomposo titulo, está annunciada uma guerrilha de 60 pessoas com 50 cavallos! protestam disputar a estalos de chicote e mais coisas do arco da velha, quantas perrices nos causaram as *amazonas* do mestre Price.

Dizem que jámais se viu em uma companhia tantos cavallos com juiso e tantas Sylphides amaveis!!!

Desta vez não chegarão os paletós, os bouquets, e os lençinhos de seda de Barcellona para os abafos das intrepidas *amazonas*.

Destinam-se a trabalhar na praça do campo de Sant'Ana, a qual fazem cubrir com telhados de crystal! agora veremos como se despica mr. Price. Póbrs theatros que ficam entre a bigorna e o martello!!

E sôbre teatros e divertimentos, fico por aqui. Breve haverá nova série, se acaso esta não maçar os leitores.

Na *Chronica de 1861* — donde se extractam êstes apontamentos — há uma referênciã ao célebre processo de Camilo, a que se alude nestes termos:

Processo curioso. — (Em sessão secreta) — Depois de varias audiencias no juiso correcional na cidade do Pôrto, ficou absolvido o nosso amigo e primeiro romancista portuguez, Camilo Castello Branco: desejamos-lhe saude, para que se não metta com outra.

E por hoje... ponto final.

Vivenda Maria Thereza — Algés de Cima — 3-3.943.

PARA *decorar e*

mobiliar UMA CASA

consulte o nosso decorador

MOBÍLIAS MODERNAS

e em estilos clássicos

FACILIDADES DE PAGAMENTO

Companhia **ALCOBIA** • Rua Ivens, 14 • Rua Capêlo, 1 a 9

Obras oferecidas para a Biblioteca do
Grupo «Amigos de Lisboa»

pelos seguintes senhores e entidades

DR. FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

- N.º 2380 — *Páginas Esquecidas — Os Castilhos*, pelo oferente (1942).
» 2381 — *Fala que fez Diogo do Couto, Guarda-Mor da Torre do Tombo da Índia, em nome da Câmara de Goa, a André Furtado de Mendonça, entrando por Governador da Índia*, pelo oferente (1941).

ANTÓNIO DE ALMEIDA

- » 2382 — *Anuário Comercial de Lisboa* (Edição de 1942).

MARQUES DE RIO MAIOR

- » 2399 — *O Real Colégio dos Nobres*, pelo oferente (1942).

RADIO PENINSULAR

- » 2402 — *Jornal da Rádio Peninsular*, n.º 25 (1942).

DR. FRANCISCO CÂNCIO

- » 2420 — *Alguns aspectos da Lisboa Manuelina*, pelo oferente (1942).

JOAQUIM LEITÃO

- » 2421/428 — *Para a História do Palácio de S. Bento*, pelo oferente (1942).

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA «A VOZ DO OPERÁRIO»

- N.ºs 2461 — *Contra o Cancro*, por *Ruy de Lacerda* (1932).
 » 2462 — *Catálogo da Exposição Anteriana*.
 » 2463 — *O Povo na Literatura Portuguesa*, por *João de Barros* (1941).
 » 2464 — *Jornada luminosa*, por *João Black* (1933).
 » 2465 — *Luta contra a cegueira*, por *Mário Moutinho* (1934).
 » 2466 — *Na comemoração do 56.º aniversário da Sociedade A Voz do Operário — 1883-1939* (1939).
 » 2467 — *Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal da S. de I. e B. A Voz do Operário — Gerência de 1941* (1942).

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

- » 2468 — *Pelo Império*, n.º 19 (Pero da Covilhã), por *Albino Forjaz de Sampaio* (1936).
 » 2469 — *Pelo Império*, n.º 20 (Manuel António de Sousa, um Capitão-mor da Zambézia), por *João de Azevedo Coutinho* (1936).
 » 2470/71 — *Pelo Império*, n.º 21/22 (A Dilatação da Fé no Império Português), I e II, por *J. Alves Correia* (1936).
 » 2472 — *Pelo Império*, n.º 23 (Luciano Cordeiro), por *J. M. Cordeiro de Sousa* (1936).
 » 2473 — *Pelo Império*, n.º 24 (Aires de Ornelas), por *Eduardo Lupi* (1936).
 » 2474 — *Pelo Império*, n.º 25 (O Explorador Serpa Pinto), por *Eduardo de Noronha* (1936).
 » 2475 — *Pelo Império*, n.º 26 (Chaimite), por *Alfredo Pimenta* (1936).
 » 2476 — *Pelo Império*, n.º 27 (Diogo Cão), por *Silva Tavares* (1936).
 » 2477 — *Pelo Império*, n.º 28 (António Enes), por *Lourenço Cayolla* (1936).
 » 2478/79/80 — *Pelo Império*, n.ºs 29/30/31 (Os Robys), I, II, III, pelo *Conde de Campos Bello (D. Henrique)* (1936).
 » 2481 — *Pelo Império*, n.º 32 (Os Exploradores Capelo e Ivens), por *Eduardo de Noronha* (1936).
 » 2482/83/84 — *Pelo Império*, n.ºs 33/34/35 (Mousinho), I, II e III, por *Ama-deu Cunha* (1936).
 » 2485 — *Pelo Império*, n.º 36 (A Defesa de Lourenço Marques), por *Eduardo de Noronha* (1936).
 » 2486 — *Pelo Império*, n.º 37 (Salvador Correia de Sá e Benevides, o Restaurador de Angola), por *Albino Forjaz de Sampaio* (1937).
 » 2487 — *Pelo Império*, n.º 38 (O Coronel Borges), por *Silva Tavares* (1937).
 » 2488 — *Pelo Império*, n.º 39 (Conselheiro Dr. António Teixeira de Sousa, ministro e secretário de Estado da Marinha e Ultramar), por *Arménio Monteiro* (1937).
 » 2489 — *Pelo Império*, n.º 40 (Tenente Valadim, o Mártir do Niassa), por *Eduardo de Noronha* (1936).

- N.º 2490 — *Pelo Império*, n.º 41 (Timor — Subsídios históricos), por *Frazão de Vasconcelos* (1937).
- » 2491 — *Pelo Império*, n.º 42 (Pioneiros de Angola — Explorações portuguesas no sul de Angola — Séculos XVII e XVIII), por *Gastão de Sousa Dias* (1937).
- » 2492 — *Pelo Império*, n.º 43 (Artur de Paiva), pelo *Ten.-Coronel Alberto de Almeida Teixeira* (1937).
- » 2493 — *Pelo Império*, n.º 44 (Campanha do Humbe — 1897/98), pelo *Capitão Luiz A. de Pina Guimarães* (1933).
- » 2494 — *Pelo Império*, n.º 45 «O Feito de Christovam Juzarte em Calicut», por *Eduardo Lupi* (1938).
- » 2495 — *Pelo Império*, n.º 46 (Portugal e o Tráfico da Escravatura), por *Manuel Múrias* (1938).
- » 2496 — *Pelo Império*, n.º 47 (Pedro Nunes — 1502/1573), por *A. Fontoura da Costa* (1938).
- » 2497 — *Pelo Império*, n.º 48 (Nas vésperas da Descoberta, 1481/1486), por *Amadeu Cunha* (1939).
- » 2498 — *Pelo Império*, n.º 49 (Pedro Alexandrino da Cunha — Escôrcço biográfico), por *Joaquim Duarte Silva* (1939).
- » 2499/500 — *Pelo Império*, n.ºs 50/51 (Vitor Cordon), I-II, por *Albino Lapa* (1939).
- » 2501 — *Pelo Império*, n.º 52 (Honório Pereira Barreto — Notas para uma biografia), por *Joaquim Duarte Silva* (1939).
- » 2502/503/504/505 — *Pelo Império*, n.º 53/56 (Glórias e Martírios da Colonização Portuguesa), I a IV, pelo *General Ferreira Martins* (1939).
- » 2506 — *Pelo Império*, n.º 57 (Dr. José Pereira do Nascimento, pioneiro da ocupação científica de Angola), por *Joaquim Duarte Silva* (1939).
- » 2507 — *Pelo Império*, n.º 58 (José de Anchieta), por *Gastão Sousa Dias* (1939).
- » 2508/509 — *Pelo Império*, n.º 59/60 (Efemérides do Império Colonial Português), I-II, por *J. Duarte Silva* (1940).
- » 2510/511 — *Pelo Império*, n.º 61/62 (O Conselheiro Ramada Curto), I-II, por *Albino Lapa* (1940).
- » 2512 — *Pelo Império*, n.º 63 (A Acção da Marinha de Guerra na ocupação do Cuanhama), por *Marinho da Silva* (1940).
- » 2513 — *Pelo Império*, n.º 64 (A Missão e Seminário de Huila), por *António Brásio* (1940).
- » 2514 — *Pelo Império*, n.º 65 (As últimas Campanhas do Libolo em 1905 e 1908 e o capitão Antero de Carvalho Magalhães), pelo *Ten.-Coronel Bello de Almeida* (1940).
- » 2515 — *Pelo Império*, n.º 66 (Nótulas à margem da história militar colonial), por *Joaquim Duarte Silva* (1940).

- N.^{os} 2516 — *Pelo Império*, n.º 67 (As Expedições de Duclere e de Duguay Trouin ao Rio de Janeiro — 1710/1711), por *Eduardo Brazão* (1940).
- » 2517 — *Pelo Império*, n.º 68 (Francisco Newton Explorador Naturalista), por *Joaquim Duarte Silva* (1940).
- » 2518 — *Pelo Império*, n.º 69 (Dom Gonçalo da Silveira, primeiro Mártir pela Cristandade em Terras de Moçambique), por *Luiz Demony* (1940).
- » 2519 — *Pelo Império*, n.º 70 (Eduardo da Costa), pelo *Ten.-Coronel Bello de Almeida* (1941).
- » 2520 — *Pelo Império*, n.º 71 (Dom Afonso I, rei do Congo), pelo *Padre António Lourenço Farinha* (1941).
- » 2521 — *Pelo Império*, n.º 72 (Conquista e Colonização do Pará), por *Fernando Vasques* (1941).
- » 2522 — *Pelo Império*, n.º 73 (Pedro Francisco Massano de Amorim), pelo *Marquês do Lavradio* (1941).
- » 2523 — *Pelo Império*, n.º 74 (João António Cardoso Júnior), por *Joaquim Duarte Silva* (1942).
- » 2524/25 — *Pelo Império*, n.^{os} 75/76 (Epopéia de Diu), I-II, pelo *Tenente Manuel António Ferreira* (1942).
- » 2526 — *Pelo Império*, n.º 77 (Terras de África — A Viagem de Capêlo e Ivens de Angola à Contra Costa), por *Augusto Reis Machado* (1943).
- » 2527 — *Pelo Império*, n.º 78 (Operações militares na Região da Sanga, do Concelho de Novo Redondo, em 1893), pelo *Ten.-Coronel Bello de Almeida* (1942).
- » 2528 — *Pelo Império*, n.º 79 (Um soldado de África — Paulo Amado de Melo Ramalho da Cunha e Vasconcelos — 1864/1926), por *Carlos da Cunha e Vasconcelos* (1942).
- » 2529 — *Pelo Império*, n.º 80 (Marechal Manuel de Oliveira Gomes da Costa), pelo *Marquês do Lavradio* (1942).
- » 2530 — *Pelo Império*, n.º 81 (Viagens de D. João de Castro), por *Augusto Reis Machado* (1942).
- » 2531 — *Pelo Império*, n.º 82 (Roberto Duarte Silva), por *Carlos Parreira* (1942).
- » 2532 — *Caldas Xavier Herói do Império*, por *Silva Tavares* (1942).
- » 2533 — *Subsídios para a História da Moeda em Cabo Verde — 1460/1940*, por *Álvaro Lerenó* (1942).
- » 2534 — *História Breve da Colonização Portuguesa*, por *Manuel Múrias* (1942).
- » 2535 — *O Feitiço do Império*, por *Joaquim Mota Júnior* (1940).
- » 2536 — *Alta Cultura Colonial* (Discurso Inaugural e Conferências) (1936).
- » 2537 — *Padrão da Soberania*, por *José Augusto* (1939).
- » 2538 — *Finanças Coloniais em 1935* (Relatório dos Orçamentos Coloniais para 1935/1936), pelo *Dr. Armindo Monteiro* (1936).

- N.º 2539 — *Portugal em África depois de 1851* (Subsídios para a história), pelo *Marquês do Lavradio* (1936).
- » 2540 — *Jaime Batalha Reis* (Estudos Geográficos e Históricos).
 - » 2541 — *A Vida Breve e Ardente de Serpa Pinto*, por *Carlota de Serpa Pinto* (1937).
 - » 2542/43/44/45 — *Eduardo da Costa, I a IV* (1938/39).
 - » 2546/47 — *Os Partos do Norte de Angola, I e II*, por *E. Sanches da Gama* (1939).
 - » 2548 — *O apóstolo das Índias S. Francisco Xavier*, por *Rocha Martins* (1942).
 - » 2549/50 — *O Muata Cazembe e os povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral, I e II* (1937).
 - » 2551 — *Terras gloriosas do Império* (A viagem do senhor Presidente da República a Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique, União Sul-Africana e Angola), por *Eduardo dos Santos (Edurisa)* (1940).
 - » 2552/53 — *Catálogo da Exposição Histórica da ocupação, I e II vols.* (1937).
 - » 2554 — *A Expansão da Fé na África e no Brasil, vol. I*, pelo *Padre António Lourenço Farinha* (1942).
 - » 2555/56 — *Artur de Paiva, vols. 1.º e 2.º* (1938).

CÂMARA MUNICIPAL DO PÓRTO

- » 2610/11/12/13/14/15/16/17/18/19/20/21/22 — *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Pôrto, n.ºs 1 a 4* (1939), vol. II; n.ºs 1 a 4 (1940), vol. III; n.ºs 1 a 4 (1941), vol. IV; n.ºs 1 e 2 (1942), vol. V. (1939/1942).

COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO DE ÉVORA

- » 2668 — *A Cidade de Évora — (Boletim da Comissão Municipal de Turismo de Évora), n.º 21* (1942).

ALVARO PINTO

- » 2673 — *Ocidente, n.º 58.*

GRÊMIO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

- » 2676 — *Catálogo do 6.º Salão Internacional de Arte Fotográfica, 1942/43.*

FRAZÃO DE VASCONCELOS

- » 2687 — *Livro de Contas que apresenta ao nosso Ex.º Prelado Sebastiana Teresa de Jesus, Regente do Recolhimento de Nossa Senhora da Encar-*

nação e Carmo que teve seu princípio em 11 de Julho de 1776 a 27 de Julho de 1779. Ms.

- N.º 2688 — *Livro da Dívida dos Viscondes de Barbacena. Ms.*
- » 2689 — *Livro que contém as Ordens do Eminentíssimo Sr. Cardeal Patriarca ao Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo. Ms.*
 - » 2690 — *Livro pertencente ao Dr. António Roiz de Macedo da Dívida de Pedro José da Silva Botelho. Ms.*
 - » 2691 — *Livro pertencente ao Dr. António Roiz de Macedo da Dívida de João Francisco Roussado. Ms.*
 - » 2692 — *Livro para a dívida da Casa do Tenente-General de Artilharia do Reino — Manuel Gomez de Carvalho Silva. Ms.*
 - » 2693 — *Livro de Inventario de todos os papeis que se achão no Cartorio deste Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo que se fez neste presente ano de 1794. Ms.*

Telef. 2 0244

Teleg. Papelcar

Secções de valores
selados e tabacaria

PAPELARIA

CARLOS

de **CARLOS FERREIRA, L.ª**

34, Rua do Ouro, 38

L I S B O A

Especialidade em livros para
escrituração comercial

Grande sortido de artigos para
desenho e escritório

“HIS MASTER'S VOICE”

ESTABELECIMENTOS

VALENTIM

DE CARVALHO

RUA NOVA DO ALMADA, 97



Rádio

**não é mais
caro,**

é melhor

ÍNDICE DO 6.º VOLUME — 1493

A CASA DE SANTO ANTÓNIO, por HENRIQUE MARQUES JÚNIOR	Pág. 95
A PROCISSÃO DE SANTO ANTÓNIO EM 1895, por ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA	» 69
ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» durante 1942	» 64
ALFACINHAS, por D. FERNANDA REIS	» 210
«AMIGOS DE LISBOA» — Lista dos sócios	» 123
ARQUIVO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (Conclusão), por D. FERNANDO PAIS DE ALMEIDA E SILVA	» 40
BIBLIOTECA — Obras adquiridas e oferecidas — Páginas 110, 181 e	» 251
COMO SE ESCREVIAM CRÍTICAS HÁ 82 ANOS, por HENRIQUE MARQUES JÚNIOR	» 247
DO MOSTEIRO DA MADRE-DE-DEUS EM XABREGAS E DE SUA EXCELSA FUNDADORA (Conclusão), por MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO	» 32
LISBOA, por MARIA DINIZ-DINA	» 102
LISBOA 1900 — Os Pregões — por RAÚL DE LACERDA ...	» 98
«LISBOA... 1870-», por D. JULIETA FERRÃO	» 142
LISBOA NOS EX-LIBRIS, pelo DR. EDUARDO NEVES ...	» 236
MUNICIPALISMO E CULTURA, por LUIS TEIXEIRA ...	» 137
NOTA A UMA NOTA, por ANTÓNIO R. S. BARBOSA	» 90
O CONVENTO DE N. S. DOS REMÉDIOS — CONVENTO DOS MARIANOS, pelo DR. LEOPOLDO DE FIGUEIREDO	» 265

O CRUZEIRO DAS LARANJEIRAS, por J. M. CORDEIRO DE SOUSA	»	163
O QUARTEL DE CAMPO DE OURIQUE, pelo TENENTE DE ENGENHARIA R. MACHADO DE SOUSA	»	201
O TEMPLO DE S. ROQUE E A SANTA CASA, por PEDRO DA CUNHA SANTOS	»	165
OS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA EM LISBOA (Conclusão), pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA	»	3
PRÓ E CONTRA POMBAL, por CARDOSO MARTHA	»	85
TIPOS POPULARES	»	92
TRANSFORMAÇÃO DUM ELEVADOR EM FERRA-DURAS, por J. S. VIEIRA	»	222
UM ANTEPASSADO DO AUTOMÓVEL, por J. M. CORDEIRO DE SOUSA	»	39
VELHAS CASAS DE LISBOA (Conclusão) pelo DR. FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL, páginas 59, 104 e ...	»	170
VISÃO DUMA LISBOA MAIS BELA, pelo DR. AMADEU FERREIRA DE ALMEIDA	»	215

Casa dos Panos


A PRIMEIRA CASA DA ESPECIALIDADE

Sortimento completo em panos
brancos e de côr e em linhos
de todas as larguras

45, RUA DOS FANQUEIROS, 49

(à esquina da Rua de S. Julião)





BERLIM

A ALEMANHA FALA!

ACTUALIDADES EM LINGUA PORTUGUESA

Horas

11,30 às 13	«Hora portuguesa»	DZE	24,73 m.	12.130 Kc/s
13	Noticiário	DZE	24,73 m.	12.130 Kc/s
18,45	Noticiário	{ DJC	49,83 m.	6.020 Kc/s
		{ DXR	25,51 m.	11.760 Kc/s
20,30	Noticiário	{ DXU9	31,28 m.	9.590 Kc/s
		{ DJI	41,15 m.	7.290 Kc/s
20,45	Noticiário	{ DJC	49,83 m.	6.020 Kc/s
		{ DXR	25,51 m.	11.760 Kc/s
21,15	Noticiário e Tema do dia	{ DZC	29,16 m.	10.290 Kc/s
		{ DXU9	31,28 m.	9.590 Kc/s
		{ DJI	41,15 m.	7.290 Kc/s
22,30	Noticiário e Nota do dia	DXU9	31,28 m.	9.590 Kc/s
23,45	Noticiário	DXX	48,86 m.	6.140 Kc/s

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.
Capital 22.000.000\$00 Fundos de Reserva 99.500.000\$00
SEDE

95, Rua do Comércio, 119 — LISBOA

Filiais — Pôrto, Coimbra, Braga, Faro e Covilhã
Agências — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Tôrres Novas, Mangualde, Tôrres Vedras, Tortozendo e Figueiró dos Vinhos

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Almirante Reis, Conde Barão, e Poço do Bispo
(PÔRTO) — Matozinhos

Efectua tôdas as operações bancárias

C O S T A
D O S O L



ESTORIL



A MAIS ELEGANTE PRAIA DO PAÍS

A 23 quilómetros de Lisboa. Excelente estrada marginal. Rápido serviço de combóios eléctricos

Todos os desportos — Golf (18 buracos), Ténis, Natação, Hipismo, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril Palácio Hotel — Moderno, elegante — magnífica situação

Hotel Parque — Todo o conforto — Anexos às Termas

Hotel Itália (Monte Estoril) — Excelente cozinha — preços moderados

Estoril — Termas | Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico — Aberto todo o ano
Tratamento do reumatismo, gôta, doenças das senhoras e da circulação. Linfatismo e esclerulose. Obesidade

TAMARIZ — Magníficas esplanadas sôbre o mar — Serviço de Bar

Piscina de água tépida — Sala de armas — Escola de equitação — Sala de tiro — Parque infantil

Casino | Aberto todo o ano — Cinema — Concertos — «Dancing»

Restaurante — Bars — Jogos autorizados pelo Governo

Informações: Sociedade de Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL